

Em Destaque

A importância do LEADER para as zonas rurais

P 9 a 12 Faial, Pico, S.Jorge, Corvo e Flores

P 14 e 15 Conferência "Dinâmicas e Ligações entre os Territórios Rurais na Sociedade de Informação"

O carácter inovador da proposta LEADER

Nas páginas que se seguem, os actores locais optaram por percorrer retrospectivamente a história do Programa LEADER nas suas regiões, levando-nos uma década atrás, explicando a génese do movimento, o carácter inovador da proposta LEADER, a utilização de metodologias que permitiram o envolvimento efectivo dos diferentes actores no território, e a sua evolução ao longo do tempo até hoje.

A enorme importância que o LEADER revestiu para os territórios rurais está bem patente nas páginas que se seguem. Ela não se exprime, paradoxalmente, em dados estatísticos e num descritivo de iniciativas que marcaram certamente as regiões, e que puderam decerto contribuir para estruturar e reestruturar certos sectores de actividade.

Nas páginas que se seguem, repetimos, os actores locais optaram por percorrer retrospectivamente a história deste programa nas suas regiões, levando-nos uma década atrás, explicando a génese do movimento, o carácter inovador da proposta LEADER, a utilização de metodologias que permitiram o envolvimento efectivo dos diferentes actores no território, e a sua evolução ao longo deste tempo até ao momento actual.

“As orientações e recomendações desta iniciativa têm sublinhado, desde o seu início, a importância da abordagem ascendente e participada, por forma a que se responda, local e objectivamente, às múltiplas particularidades dos territórios e às necessidades dos seus habitantes”, refere o Eng.º Mattamouros Resende, presidente do IDRHa.

Como nos conta Aurora Ribeiro da Desteque, “a história foi pequena mas não teve lugar no departamento, gabinete ou organismo, foi realizada por pessoas, com nome e rosto, com responsabilidade nesses locais, que nesta metodologia fazem parte da construção da ideia, projecto, implementação e avaliação – “das pessoas, com as pessoas, para as pessoas, referência primeira do LEADER, que nos obriga a sermos únicos e particulares”.

É esta “qualidade de uma atitude” como é designada pela mesma autora que transparece no texto da Beira Douro, quando dito por pequenas palavras, um homem só, mas com a cabeça a fervilhar de ideais e projectos encontra um seu *alter ego* colectivo. “Nesses locais fixou um nome: LEADER”.

É também esta mesma ideia forte que está patente no texto da Dueceira. “Conjugando o verde (a serra) e o azul (o rio) consegue-se ir ao encontro do referencial de todos. Através deste processo de construção participada e partilhada uniformizámos o território reforçando a sua interiorização pelos seus naturais e facilitámos a sua compreensão para o exterior”.

Mas as metodologias assumem também uma grande importância quando se inscrevem no *mainstreaming* e quando são partilhadas por muitos outros programas comunitários e nacionais. Na rubrica *Outros Programas* é feita uma breve apresentação de alguns desses programas: o Programa POMO, na Finlândia, o Programa de Desenvolvimento Rural LEADER National, na Irlanda e os programas PRODER em Espanha.

Alguns resumos das comunicações da Conferência *Dinâmicas e Ligações entre os Territórios Rurais na Sociedade de Informação* a decorrer no próximo dia 18 de Novembro, em Lisboa, e para a qual estamos todos convidados, vêem enriquecer este número do *Pessoas e Lugares*.

Em *Territórios*, percorrem-se o Faial, o Pico, S. Jorge, Corvo e Flores, evoca-se em filigrana a beleza monumental desta ilhas poisadas no Atlântico com um património natural intacto, que apresentam um enorme potencial turístico, e com uma economia muito marcada pelas actividades dominantes da agricultura e da pecuária, mas onde as actividades de transformação, nomeadamente dos lacticínios e conservas de peixe têm também uma forte expressão. Esta é a região de intervenção da ADELIAÇOR. Na rubrica *Produtos e Produtores*, apresenta-se uma iniciativa desenvolvida no Faial, o Centro Hípico, e apoiada pela ADELIAÇOR, um projecto de lazer e turismo promovido pela Junta de Freguesia do Capelo que surge como resposta a um problema ambiental causado por uma extinta actividade industrial. Esta freguesia situa-se próximo do vulcão dos Capelinhos, um dos *ex-libris* da Ilha, do Porto Comprido e da Ponta do Varadouro. Naquele mesmo designio que aproxima os sonhos dos homens das possibilidades do programa LEADER, concretiza-se assim este projecto. Orlando Rosa, um dos principais promotores do projecto, e antigo presidente da Junta de Freguesia do Capelo, resume também uma das grandes qualidades do Programa “um dos poucos programas que pode responder sem muita burocracia”, ou as vantagens e a importância de um modelo onde o princípio da subsidiariedade permite que os projectos aconteçam e se construam em primeiro lugar com, por e para aqueles que vivem nos locais.

Cristina Cavaco

Questionário de Avaliação

O Conselho Editorial decidiu avaliar os resultados de trabalho realizado em torno da edição e divulgação do *Jornal Pessoas e Lugares*. Nesse sentido, decidiu “escutar” os seus leitores habituais acerca de alguns aspectos relativos ao seu conteúdo, distribuição, avaliação e outros assuntos de interesse para o futuro deste jornal. Assim, este número inclui, em separado, um questionário que, após preenchimento, deverá ser remetido ao IDRHa. **A sua devolução é gratuita devendo simplesmente fechar o envelope e enviá-lo por correio.** Agradecemos a colaboração de todos e contamos com a sua opinião para fazermos MELHOR! A sua participação é fundamental para um *Jornal Pessoas e Lugares+*.

Sublinhar a importância do LEADER no desenvolvimento rural

As zonas rurais de Portugal têm vindo a ser marcadas pelo desenvolvimento do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER ao longo dos últimos doze anos. As duas iniciativas anteriores ao LEADER+, o Programa LEADER I (de 1991 a 1993) e o Programa LEADER II (de 1994 a 1999), ao proporcionarem a aplicação de uma nova abordagem para o desenvolvimento rural contribuíram para a consolidação de uma nova política de desenvolvimento sustentável para os territórios rurais.

Sublinhar a importância do Programa LEADER no desenvolvimento rural, em Portugal, requer a identificação dos traços que, de uma forma mais ou menos marcante, têm vindo a contribuir para o fortalecimento da dinâmica organizativa local ou a competitividade dos territórios rurais, em áreas tão diversas como o turismo rural, a valorização de produtos locais, a promoção do ambiente, a criação de pequenas empresas ou de serviços de proximidade.

O impacto de alguns projectos apoiados nas zonas rurais (nos programas LEADER I e II foram executados mais de 9 000 projectos, com um investimento total de 61.807.048 contos e, no LEADER+, foram já apoiados 2 539 projectos, com um investimento total de 122.620.738 euros) é visível nalguns dos efeitos que estes apoios tiveram, quer para os promotores de projectos, quer para os territórios, ao nível por exemplo, da mudança da sua vida, da valorização dos recursos naturais, da promoção de actividades que estavam em risco de desaparecimento, da recuperação de sítios históricos, da criação de pequenas empresas, da descoberta de nichos de mercado, entre muitos outros aspectos. Por

isso, dar maior visibilidade a alguns destes resultados é hoje um imperativo de todos quantos trabalham neste Programa, nunca esquecendo que a transferibilidade e demonstratividade da abordagem LEADER são dois dos seus objectivos mais importantes.

A experiência de gestão local em parceria

As orientações e recomendações desta iniciativa têm sublinhado, desde o seu início, a importância da abordagem ascendente e participada, por forma a que se responda, local e objectivamente, às múltiplas particularidades dos territórios e às necessidades dos seus habitantes. Por outro lado, as parcerias, enquanto conjunto de entidades que se juntam para a gestão local deste Programa, têm-se revelado essenciais para estes processos de desenvolvimento local, acentuando a relevância da responsabilização local para a construção e definição de uma estratégia local comum, integrada e sustentável e sublinhando a importância do trabalho em cooperação para a concertação de pontos de vista.

A avaliação realizada por entidades externas ao Programa LEADER tem assinalado o interesse desta abordagem e tornado públicos alguns dos seus resultados. Com efeito, a valorização dos produtos locais, a atracção de novos visitantes para o território, a promoção de tradições culturais, são alguns dos aspectos considerados significativos relativamente à aplicação deste Programa, sinal de que o mundo rural tem vindo a conquistar uma imagem mais valorizada e positiva.

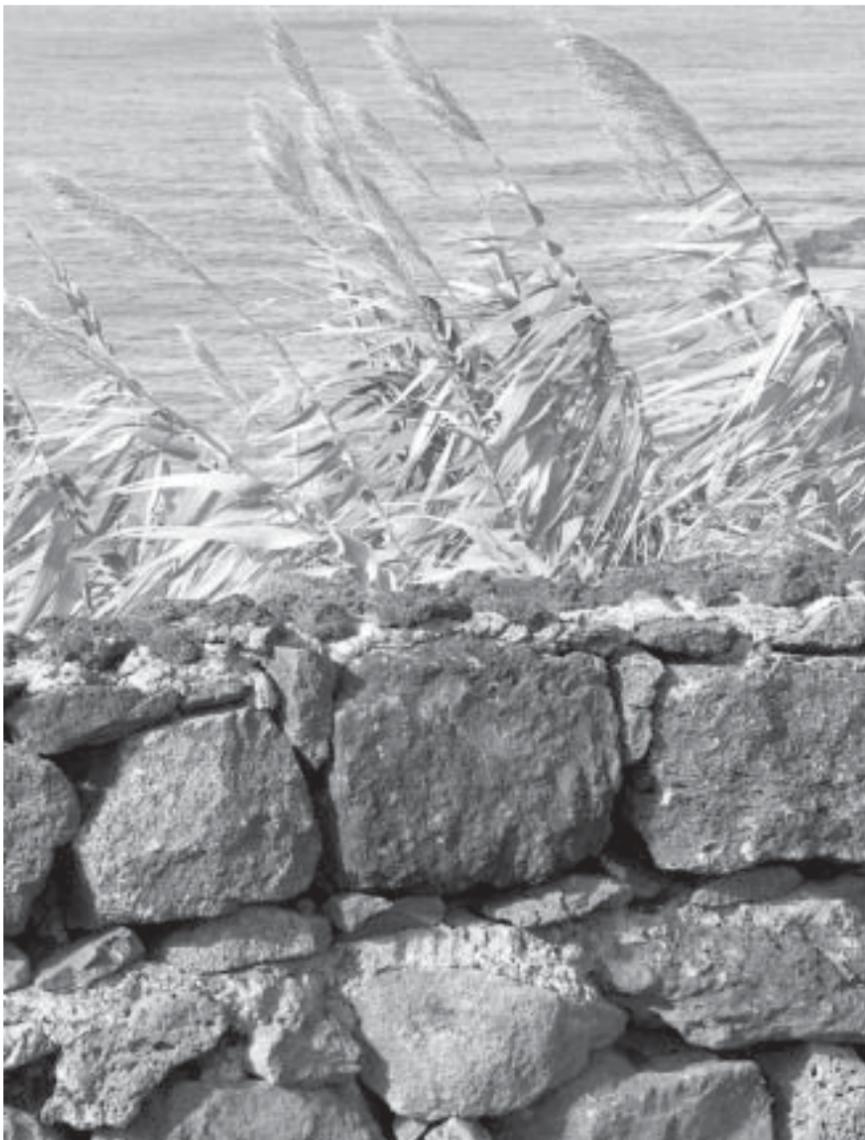
Novas competências e abordagens

As perspectivas dos Planos de Desenvolvimento Local, elaborados pelos GAL, apontam para soluções orientadas para novas práticas ecológicas e ambientais, protecção e conservação da natureza, diversificação e encorajamento de múltiplas actividades que contribuam para melhorar a coesão económica e social das zonas rurais.

Algumas das soluções equacionadas e concretizadas através de projectos LEADER, nestas zonas, são exemplo de que é possível inovar, nalguns casos, de uma forma tão simples, quanto criativa. Quando se visita um projecto LEADER procuram-se alguns dos sinais que possam ser indicativos das particularidades LEADER. Importa, por isso, prosseguir uma política de incentivo e apoio à concretização de algumas ideias inovadoras que se transformem em respostas pioneiras e competitivas e que contribuam para a modernização dos espaços rurais. Só assim se multiplicam os seus resultados e se consegue transmitir o seu efeito demonstrativo. Enquanto administração central compete-nos acompanhar, controlar e fiscalizar a aplicação da iniciativa. Que o façamos bem e com todo o rigor e profissionalismo. Aos GAL compete desenvolver o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) aprovado, fortalecendo as ligações locais, regionais nacionais e mesmo internacionais. Que o façam com toda a determinação, criatividade e profissionalismo, reforçando as ligações com as administrações regionais e nacionais e alargando a rede de actores que, em torno dos objectivos comuns, constroem novos alicerces para as zonas rurais. De ambas as partes – administrações e associações de desenvolvimento local – espera-se capacidade de trabalho, gerando consensos e proporcionando a participação de todos, no processo de desenvolvimento das zonas rurais em Portugal.

O método foi testado e a metodologia experimentada. Os Programas LEADER I e II foram tempo de aprendizagem. O LEADER+ exige agora competência e rigor na abordagem e, por isso, está associado a um sinal +, esperando-se que continue a promover estratégias integradas, diversificadas, multifuncionais e orientadas para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

C. Mattamouros Resende
Presidente do IDRHa



Maria do Rosário Aranha / INDE

A qualidade de uma atitude

Estamos no ano de 1993

Um grupo de técnicos que trabalham (= interessam-se, empenham-se, “vestem a camisola”) em Trás-os-Montes, fazendo parte ou de alguma forma ligados à Direcção Regional de Agricultura, de outras entidades com preocupações na área do desenvolvimento rural/local e agentes económicos, debatem e decidem canalizar esforços para a qualificação, ordenada e reconhecida, dos produtos agro-alimentares tradicionais.

De diálogos esforçados e “forçados”, explicação de conceitos e procedimentos, convites a “visitar” o que está a acontecer nos mercados nacional e europeus, estabelecem-se novas relações, definem-se parcerias e gera-se o consenso para criação de uma entidade certificadora. E é assim, que a DESTAQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente Transmontana, entidade local gestora do Programa LEADER I, acolhe a candidatura “Constituição, arranque e funcionamento da Tradição e Qualidade” que recebe o número 4.4.01.009 e é aprovada a 27.12.93.

Desta data até Maio de 1995, são aprovadas e executadas candidaturas do promotor “Tradição e Qualidade” no valor global de 38.100.000 Esc. e atribuída uma comparticipação CE de 24.765.000 Esc. (taxa 65%) para desenvolver trabalhos na área da tipificação de produtos regionais, acções de transferência e desenvolvimento tecnológico, entre outros. A sua área de actuação corresponde à da Direcção Regional de Trás-os-Montes (DRATM); logo, o trabalho desenvolvido não se restringe à zona de intervenção da DESTAQUE mas, esta é a única entidade local gestora do programa LEADER I em Trás-os-Montes.

Estamos no ano de 2003

Era previsto que este texto “falasse” dos produtos de qualidade da Terra Quente Transmontana e o respectivo contributo LEADER; estimo que tal aconteça numa outra edição do jornal; hoje, quero partilhar uma pequeníssima história” que nos é comum sobre a “qualidade de uma atitude”, sem a qual os projectos, as experiências, as acções e os resultados não teriam acontecido.

Foi na prática desta qualidade de atitude que a DESTAQUE aprovou algumas dezenas de projectos para a qualificação, promoção e comer-

cialização dos produtos agro-alimentares. Neste sector existe já instalada alguma capacidade e cultura empresariais suficientemente fortes e dinâmicas para crescer. Sabemos, que fomos e somos parceiros e parte do trabalho desenvolvido, do menos bem e dos sucessos e que a aplicação do Programa LEADER produziu e inovou a “Ligação entre actores e acções de desenvolvimento económico...”.

E o projecto 4.4.01.009 (já referido) é excelente para transmitir a quem ainda não sabe, não aprendeu ou se recusa, esta “qualidade de atitude” que nós praticamos, de nome LEADER.

Na sua génese participaram técnicos (DRATM), o António, o Augusto, a Isabel, o Nuno, a Laura, os mesmos que tinham ajudado a recente Associação de Desenvolvimento Local a elaborar a sua candidatura ao Programa LEADER I; anterior à sua aprovação dialogou-se com Goulart Carrinho (Comissão Nacional de Gestão) porque estávamos perante uma tipologia de projecto claramente inovadora à data e de interesse regional; garantida a “adesão” dos agentes económicos que pela primeira vez se sentaram em “mesas comuns” e reconheceram a necessidade da qualificação e certificação dos produtos agro-alimentares, a direcção da DESTAQUE decide aprovar a candidatura. Estávamos a praticar a filosofia e princípios do LEADER – fomos, entidade local, regional e nacional, efectivos parceiros, desenvolvendo tarefas complementares e respeitando as respectivas competências. Estávamos a aprender a trabalhar como entidades parceiras na implementação dum novo Programa e estávamos a inovar – era uma nova atitude.

A “história”, como disse, foi pequena mas não teve lugar no departamento, gabinete ou organismo, foi realizada por pessoas, com nome e rosto, com responsabilidades nesses locais, que nesta metodologia fazem parte da construção da ideia, projecto, implementação e avaliação – “das pessoas, com as pessoas, para as pessoas” referência primeira do LEADER, que nos “obriga” a sermos únicos e particulares. Nestes anos de trabalho LEADER na Terra Quente Transmontana, esta partilha de um mesmo propósito pelos diversos actores e capacidade de decidir com e no local, são a resposta concretizada de que é possível realizar nos territórios, a filosofia e teorias que técnicos e políticos afirmam e defendem nos seus textos e discursos.

Senti que é importante, e não deve ter sido por acaso, afirmar a diferença do LEADER enquanto “qualidade de atitude”. Na edição de Julho/Agosto deste nosso jornal, o colega da ADER-AL, Francisco Sampaio Soares dizia de “alguma falta de encanto do programa LEADER+ (...)”. Estou certa de que não se referia às parcas verbas que as nossas “varinhas” incansáveis fazem multiplicar, mas, a “ruídos normativos” que perturbam a aplicação de virtudes, a que se convencionou chamar as “7 especificidades do Método LEADER”.

Nós, homens e mulheres LEADER do mundo rural português, iniciámos uma nova atitude de contestação, que ao longo destes anos consolidámos: participar activamente, com todos os parceiros envolvidos, na construção de soluções nas quais a filosofia, propósito e método do programa se revejam e os actores no mundo rural se reconheçam. Perdoem o texto iminentemente técnico que (desta vez) não escrevi, mas, a técnica sem alma fica a perder e o Programa e Método LEADER são para ganhar, sabem-no bem as populações do mundo rural português.

Maria Aurora Ribeiro
DESTAQUE



Valorização dos produtos locais

Ribatejo Centro - bem estar, bem servir, bem receber

O Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo para a Iniciativa Comunitária LEADER+ pretende, em primeiro lugar, sensibilizar as populações para novas actividades que possam conduzir a uma melhor qualidade de vida (a nível do ambiente), uma melhor inserção no mercado de trabalho, qualificação dos recursos humanos e a um maior progresso económico e social.

Pretende-se também um desenvolvimento de qualidade dos produtos da região, criando e apoiando entidades certificadoras de produtos e agrupamentos de produtores que, apoiados nessa certificação, façam a promoção e comercialização dos seus produtos.

Todo este trabalho de diagnóstico da situação, de apoio a novas ideias e incentivo a projectos tem vindo a ser desenvolvido por esta associação tanto durante o Programa LEADER I como durante o LEADER II, e já conduziu a resultados palpáveis no Turismo Rural, na Restauração, no Artesanato e na Indústria Caseira de Agro-alimentares. É este trabalho que pretendemos continuar no LEADER+, dando a conhecer a nossa região e contribuindo para o seu desenvolvimento de uma forma harmoniosa.

O tema fulcral do PDL da APRODER é dar a conhecer a região através da qualidade dos seus produtos e empreendimentos tendo como tema a "Valorização dos produtos locais" dentro do lema "Ribatejo Centro - bem estar, bem servir, bem receber". Este plano pretende, em primeiro lugar, sensibilizar as populações para novas actividades que possam conduzir a uma melhor inserção no mercado de trabalho, qualificação dos recursos humanos e um maior progresso económico e social.

Neste âmbito valorizou-se o apoio ao desenvolvimento de produtos agro-alimentares, agrícolas e silvícolas, principalmente na vertente da qualidade, de modo que esses produtos sejam um factor de promoção da região, dando-lhes acesso a novos mercados. Os apoios abrangem investimentos quer em unidades de exploração agrícola, quer em unidades de produção de agro-alimentares com vista a aumentar a capacidade produtiva e fomentar a sua modernização, através da adopção de novas técnicas de transformação dos produtos, bem como no apoio ao investimento na promoção desses produtos, reforçando a capacidade de acesso dos produtores a novos mercados.

Uma das áreas de apoio refere especificamente o apoio à certificação de produtos, tendo como directrizes principais o aumento da diversidade de produtos que apresentem como mais valia características únicas de uma determinada zona ou região e/ou uma qualidade irrefutável, cuja viabilidade qualitativa e económica seja garantida. Pretende-se apoiar a implementação de produtos de qualidade garantida no mercado, utilizando para tal a valorização de produtos tradicionais que, pelas características que os distingam dos demais constituam uma mais valia na decisão do consumidor final, recuperando e mantendo tradições quer na produção e transformação de um determinado produto quer na manutenção e garantia das características do produto final. Pretende-se ainda dinamizar o sector de produção, ao aumentar o número de produtores, transformadores e embaladores, através da produção e comercialização de um produto certificado, ao qual é atribuído uma garantia de qualidade.

O Ribatejo é tradicionalmente uma região de produção de azeite, de grande aptidão olivícola, uma vez que está situado numa zona com um clima de elevada influência mediterrânica. Há séculos que esta cultura tem desempenhado um papel bastante importante nos usos e costumes dos ribatejanos, destacando-se o uso do azeite na culinária, onde é ingrediente indispensável na maioria dos pratos típicos.

A variedade de oliveira dominante na região, apesar das novas plantações de olival (onde se utilizam variedades como a Blanqueta, a Cobrançosa ou a Picual, entre outras), ainda continua a ser a tradicional Galega, ocupando cerca de 90% da área total. Outra variedade também tradicional, mas com menos expansão, é a Lentrisca, que se encontra principalmente no concelho de Torres Novas.

Qualquer azeite produzido dentro da região geográfica delimitada como Região Demarcada para a produção de azeite de Denominação de Origem Protegida, para poder ser considerada a sua proposta à Denominação, terá de ser constituído por um mínimo de 95% de azeite da variedade Galega, sendo os restantes por um máximo de 5% constituídos por outras variedades existentes na região, tais como a Lentrisca, a Blanqueta, a Cobrançosa e a Picual entre outras, sob pena do azeite perder a sua tipicidade e autenticidade. No caso específico da APRODER enquanto O.P.C.C. - Organismo Privado de Controlo e Certificação, esta efectua o controlo e certificação dos "Azeites do Ribatejo - Denominação de Origem Protegida", procede ao controlo da produção, colheita e transformação da azeitona (verificando se o caderno de especificações está a ser cumprido); Controla analiticamente o azeite (verificando se as suas características correspondem às estipuladas); Certifica a genuinidade dos "Azeites do Ribatejo - Denominação de Origem Protegida", através da atribuição de selos de certificação numerados, para serem apostos nas embalagens e, caso o caderno de especificações não seja cumprido, pode impedir o uso destes selos.

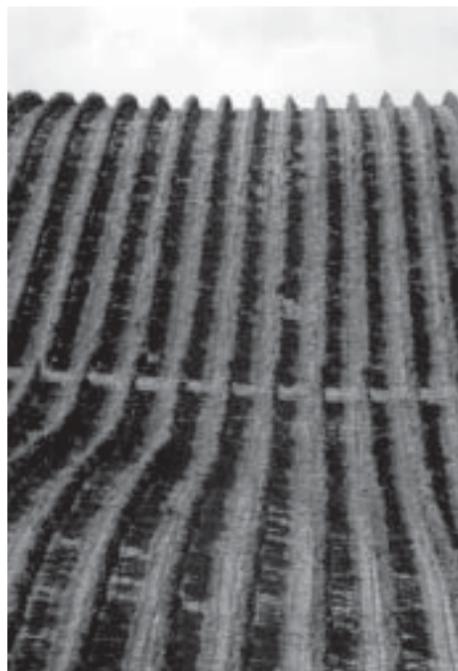
Para garantir imparcialidade e objectividade, o O.P.C.C. tem um Conselho de Certificação, no qual estão imparcialmente representados os vários interessados, designadamente os produtores, industriais, comerciantes e consumidores.

Patrícia Alexandra Cipriano Bernardes
APRODER



Patrícia A. C. Bernardes / APRODER

Volto já!



Atredo Santos / Foto Lamego

José Miguel acordou lentamente. Um torpor de felicidade afagava-lhe o corpo. Ontem tinha abandonado – de vez? - a capital. Para trás deixou o Instituto Superior Técnico e sentiu um orgulho estranho quando, ao descarregar os trastes acumulados em Lisboa, o João da Venda o chamou “engenheiro”. Levantou-se. O Douro reluzia lá ao fundo e recordou os projectos que foi construindo entre leituras cinzentas de trigonometria e química quântica. Resolveu regressar. Decisão difícil, renunciar ao “bem bom” da capital e a um futuro endinheirado. Mas regressou atrás de um sonho. O sonho de encontrar o paraíso na sua terra. O sonho de fazer felizes os 32 vizinhos perdidos em muralhas de pedras de uma urbe que já foi grande e prene de vida. Na sua mente desfilavam imagens. Uma procissão de andores de ideias. O queijo da tia Ermelinda, o pão do moinho da Devesa, as socas talhadas

em madeira de carvalho pelo Pereira e as meias de lã feitas em Leomil. As compotas de amora da madrinha. A extracção de todos os produtos que gera uma colmeia (mel, cera, geleia real, pólen, etc.). A plantação de alfazema. E no vinho da quinta do pai, uma pomada de assombrar a Realeza, mas que era vendido ao preço de meio Real furado.

As luzes da cidade alumiarão-lhe o desenho de um designio. Uma comunidade rural com mais auto-estima e, por isso, com maior confiança em si própria, com sentido de risco e com prazer na iniciativa, com vontade de empreender e com gosto pela acção. Enfim, gente inconformista e não resignada? Uma população menos nostálgica do passado e mais voltada para o futuro!?

Desejava um comprometimento com o progresso da sua terra. Acreditava que a vida tinha sentido ali. Sabia que a meia dúzia de jovens da aldeia vivia impaciente porque a televisão lhes exibia padrões de bem-estar, muitas vezes

fictícios mas que elas associam à vida nos grandes meios urbanos e que confrontam com a penúria e com a monotonia daquilo que vêem à sua volta. Sabia que era preciso obter resultados imediatos para fazer manter os agentes capazes de protagonizar o desenvolvimento.

Elaborara uma inventariação metódica dos recursos da região. Pensava numa estrada panorâmica, onde, a velocidade moderada, se pudesse apreciar a paisagem, parando para comer e para dormir e, com isso, criar alguns postos de trabalho nos locais onde se concentram os serviços de apoio. O velho palhal do seu avô e a casa dos pais dariam bons locais para comer e dormir. Quem resistiria às jóias do património, às tecnologias agrícolas artesanais, às paisagens e histórias perdidas por entre montes e vales. Os conventos de Salzedas, S. João de Tarouca, o castelo de Penedono, a monumentalidade de Lamego, os socalcos, o Rio Douro,...

A vida na cidade, para além da formação académica, dera-lhe a percepção que os produtos locais podem ser apresentados com atributos que os tornam muito atractivos nos grandes mercados, porque mantêm padrões de qualidade ou singularidades que os levam a ocupar «nichos» muito especiais e, por isso, rentáveis. Isso ia exigir alguma imaginação da sua parte, um conhecimento razoável do que se vai fazendo por esse mundo e um sentido prático de exploração de cada recurso.

A sua estratégia passava por envolver tudo e todos. A escola desde logo, mas também as famílias, as autarquias, as associações, os meios de comunicação social, as instâncias regionais e centrais, enfim, toda a gente.

Tudo fazia sentido, pese a dificuldade da obra a que se propunha. As teias do Desenvolvimento Local teriam de ser tecidas de forma a responder ao despontar de um gosto pela tradição e pela ruralidade da região. Sabia que se estava a fazer alguma coisa. Na região, de S. João da Pesqueira a Resende, tinha visitado Museus Etnográficos, Lojas de Artesanato, Animações de Sítios Históricos, Casas de Turismo, Aldeias recuperadas, Espaços Comunitários... Nesses locais fixou um nome: “LEADER”. Era por aí que devia começar. E no primeiro dia do resto da sua vida, José Miguel foi bater à porta da Associação de Desenvolvimento da Beira Douro.

Beira Douro

Zona do Pinhal

Agora é tempo de recomeçar... unir vontades, concentrar energias, procurar pontes de entendimento para voltar a “pôr de pé” a nossa floresta

Bastaram meia dúzia de horas para destruir, de forma indelével, a alma de uma região... Demorara séculos a construir aquela que era a pérola de toda a região – O Pinhal. Resta, agora, uma paisagem negra, um futuro queimado. E não foram apenas os bens que arderam, mas também toneladas de madeira, animais e, tristemente, até gente.

Neste fogo descontrolado ardeu toda a alma de uma região – A Região do Pinhal. São as palavras que não conseguimos dizer sem sentir um enorme nó no peito.

A Floresta era aqui imagem de marca, traço de união e carácter, mas ardeu nos cinco concelhos que constituem esta região: Oleiros (90%), Proença-a-Nova (50%), Vila de Rei (90%), Sertã (40%) e Mação (51%).

E agora? É a pergunta que se sente no ar. E agora?

Agora é tempo de recomeçar, analisar o passado, encontrar os erros e procurar que não se repitam e, sobretudo, unir esforços. Agora é necessário, mais do que nunca, unir vontades, concentrar energias, procurar pontes de entendimento para voltarmos a “pôr de pé” a Nossa Floresta, motor e sustentáculo de toda a região, para usarmos de novo e com o orgulho de sempre o nome de Zona do Pinhal que herdámos.

Neste contexto, são acrescidas as responsabilidades de todos, especialmente do LEADER+, ferramenta incontornável, com provas dadas, na luta, não apenas pela sobrevivência, mas pelo desenvolvimento sustentável. O LEADER tem sido nos últimos anos, em nossa opinião, a “batuta” do maestro que melhor soube interpretar e dirigir a “orquestra” que é o desenvolvimento rural e, fê-lo com mestria. Os resultados estão à vista.

O LEADER+ merece o nosso aplauso pelo que tem feito em prol das nossas terras e oxalá continue nestas sendas. O LEADER tem rosto, e é ele que nos leva acreditar que ainda podemos fazer algumas “omeletes” sem ovos. Dotassem o LEADER com outros meios financeiros e um rasgado sorriso de esperança nasceria para o “Mundo Rural”.

Se esta já era uma região debilitada num processo de desertificação acentuado, com as fragilidades características das zonas de montanha, hoje, é-o ainda mais. Só com o tempo, será possível medir o incontornável impacto que toda esta tragédia irá, inevitavelmente, ter no futuro, que hoje se nos afigura, simplesmente, negro.



Pinhal Maior

Grupo de Trabalho que está a elaborar uma proposta, com vista a um novo conceito de Floresta Pinhal Maior

ELOZ de serra e de rio e de elos que se querem laços

Ao longo de todos os tempos, a Serra da Lousã sempre existiu qual barreira à comunicação, ao crescimento económico e ao desenvolvimento generalizado das comunidades de aquém e além montanha. Tal, reflectia-se na vida árdua e de permanente labuta dos povos serranos, na dificuldade de tirar da terra o seu sustento, nas invernias cinzentas e gélidas, nos caminhos sinuosos tão contrários à fluência de diálogos e ao convívio dos seus povos.

A serra com o seu traçado viário ondedado nunca foi incentivo bastante para a criação de laços e, a desconfiança – própria dos serranos em jeito de auto-defesa – fundamentou toda uma vivência fechada e a co-existência de duas formas de sentir, ser e estar. Era mais fácil aos serranos – de cá e de lá – aproximarem-se da cidade grande do que uns dos outros. Urgia pois assumir a Serra na sua verdadeira dimensão identitária e enquanto elemento referencial, confundindo-a com a própria identidade dos seus naturais.

E foi com esta realidade que nos deparámos e que assumiu o grande desafio de toda a nossa intervenção no âmbito do Programa LEADER... tornar a Serra da Lousã – ela mesma – como o ponto de junção dos (seus) povos do Norte e do Sul, agregadora das suas vontades e anseios, como o factor mais original do território, enfim, como *leit-motiv* para toda a ideia e acção.

A vontade das associações de desenvolvimento Dueceira e Pinhais do Zêzere – num trabalho empenhado, quase metódico e de envolvimento das próprias populações no processo – foi fundamental e possibilitou que os penhascos se tornassem contornáveis. Desde o início do processo, em 1993, que as comunidades locais foram chamadas a participar plenamente, sendo integradas tanto através de reuniões plenárias – necessariamente feitas fora dos horários úteis – como através dos ‘Inquéritos à Comunidade’, distribuídos por cada domicílio e nos quais era solicitada a opinião pessoal de cada elemento da população, opiniões essas essenciais para a construção da estratégia preconizada no PAL (1996) e no PDL (2001).

Num processo necessariamente lento e estrutural foram-se criando os mecanismos para promoção do desenvolvimento baseando-se toda a intervenção num trabalho sobre a identidade subjacente mas não assumida, no conceito de todo, na actividade em parceria, na visão de conjunto face ao território e aos próprios instrumentos de incentivo, afinal os aspectos peculiares da própria filosofia LEADER.

As terras de “Entre LOusã e Zêzere” (ELOZ da sigla confundindo-se com elos dos laços) mais do que a designação, o nome de um programa para um território, foi um espaço – nascido e construído – da vontade dos actores e agentes locais com base no lema «1 território, 2 associações, 1 programa comum» sempre numa perspectiva de parceria activa e de consolidação de imagens. Conjugando o VERDE (“a serra”) e o AZUL (“o rio”) – não esqueçamos que a região está encaixada entre os dois maiores cursos de água nacional, os Rios Mondego e Zêzere – conseguimos ir ao encontro do referencial de todos e a imagem de marca cromaticamente traduzida nestas duas cores suportou toda a estratégia e metodologia delineadas. Através deste processo de construção participada e partilhada uniformizámos o território reforçando a sua interiorização pelos seus naturais e facilitámos a sua compreensão para o exterior.

Criando um órgão de gestão – com regulamentação própria e autónomo da própria Entidade Gestora – o qual congregou o conjunto das duas associações, conseguimos também o fundamental patamar de sustentação da intervenção, criando coesão no modo de gerir o processo, tanto de parceira como do próprio Programa LEADER.

Generalizada que está actualmente esta forma de intervir, pensamos no entanto que demos passos fundamentais e demonstrativos de novos códigos e atitudes, trabalhando em prol da criação de uma expressão de auto-afirmação, idealizada numa lógica global... em torno das pessoas... dos seus usos e costumes, das suas tipicidades e da ancestralidade latente em cada pormenor da vida local, agindo sobre ruralidades – que se confundem e nos confundem – sobre vivências profundamente enraizadas face a outras relativamente recentes e por tal recém-adquiridas

Esperam-nos alguns sucessos, muitas mais desilusões... porém, são estes os desafios, concretos quanto baste, sustento dos nossos sonhos de uma nova realidade para o mundo rural, que diariamente defendemos.

Ana Souto
Dueceira



Reforço das capacidades organizativas e das competências das zonas rurais

Escolhido como o tema federador do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da Margem Esquerda do Guadiana (MEG), o mesmo constituiu desde o início um instrumento de mobilização dos actores locais.

Fruto da experiência do LEADER II o tema foi também aquele que melhor se coadunava com a estratégia prosseguida há cerca de 11 anos pela parceria da MEG. Integrando entidades diversificadas como Associações de Desenvolvimento Local, Escolas, Câmaras Municipais, Cooperativas, Institutos de investigação, Regiões de Turismo, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Colectividades, esta parceria abraçou unânime o tema que, de forma coerente, alinhava os principais objectivos a alcançar com o PDL.

Apesar de ser transversal a todo o PDL, a materialização do tema ocorre de forma mais evidente no Eixo 4 do PDL, "Mobilização de comunidades e aproximação a outros territórios rurais". Neste eixo estão definidos quatro objectivos específicos: 1) O aumento da participação cívica e solidária numa lógica de *empowerment*; 2) A criação e reforço e redes de apoio ao desenvolvimento local; 3) A cooperação entre territórios rurais e 4) A qualificação de recursos humanos.

No caso do primeiro objectivo pretende-se incentivar processos colectivos geradores do desenvolvimento de competências para a mudança, autonomia e resolução de problemas comunitários e de promoção da igualdade de oportunidades, visando públicos específicos, em particular os jovens, as mulheres e grupos desfavorecidos. Como intervenções que exemplificam a tentativa de cumprimento deste objectivo destacam-se as iniciativas de animação comunitária e o incremento à revitalização do movimento associativo e de apoio social.

No que concerne às redes de apoio ao desenvolvimento local visa-se a consolidação da parceria mencionada através de vários instrumentos que consubstanciam um modelo testado com sucesso no âmbito do LEADER II. Por um lado, são criados núcleos concelhios de apoio ao desenvolvimento local direccionados para o despiste e identificação de protagonismos locais, para o apoio a iniciativas diversas quer sejam empresariais, sociais ou de promoção e valorização do território. Estes núcleos que, regra geral, estão hospedados em Associações de Desenvolvimento Local são designados por Núcleos de Acção Local (NAL). Procurou-se também que os NAL fossem espaços de concertação na medida em que para a sua concretização concorrem as diversas entidades parceiras ao nível concelhio.

Em simultâneo surge recreado o Conselho Local de Cooperação que agrupa o conjunto das entidades mencionadas num total de cerca de 20 membros. Este órgão, agora também designado por GAL, possui constituição supramunicipal e por isso destinou-se a proporcionar uma participação tão alargada quanto possível no processo de preparação do PDL e da sua implementação. Para uma maior operacionalidade na gestão do Programa criou-se no seio deste órgão um secretariado com cerca de sete membros, o qual, cumprindo a regra da maioria de entidades não públicas, aprova os projectos candidatados. Em qualquer dos casos, os NAL ou o CLC, foram atribuídos às entidades instrumentos que permitiram a sua capacitação e a geração de competências adequadas ao acompanhamento do Programa e à sua ligação com outros projectos e iniciativas locais.

No domínio da cooperação com outros territórios rurais, essencialmente assente no Vector II do LEADER+ , procura-se que a mesma ocorra nos planos regional, nacional e internacional visando o intercâmbio e a melhoria do conhecimento de outras práticas de valorização de territórios rurais similares, a participação em redes promocionais ou a transferência de conhecimento e metodologias na área da cooperação para o desenvolvimento, de que são exemplo as iniciativas de cooperação com os PALOP. Um exemplo já conseguido, de uma iniciativa que em muito contribuiu, pela força animica, o conhecimento e o intercâmbio, para a qualificação dos actores da MEG, e que, simultaneamente constituiu uma parceria regional foi a Manifesta 2003.

Por último, no que toca à qualificação de recursos humanos, peça-chave de qualquer organização podem-se isolar duas componentes. Por um lado, as acções de qualificação profissional, dirigidas ao universo do tecido produtivo local, promovendo a incorporação de novas tecnologias, gestão optimizada e melhoria da qualidade de produtos e processos produtivos, através da qualificação de activos de empresas locais, promotores de iniciativas empresariais ou mesmo desempregados com recurso a outros instrumentos de financiamento. Por outro lado, surgem as acções dirigidas à promoção do desenvolvimento social como sejam a de criação de novas competências de animação e mobilização de comunidades, qualificando dirigentes e quadros de organizações locais; ou as iniciativas de educação de adultos onde merecem destaque as diversas iniciativas de Educação e Formação de Adultos (EFA) e a futura criação de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação e Competências (CRVCC) que, servindo também a Zona de Intervenção se integra no Sistema Nacional de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências.

Como decorre do exposto, o Programa LEADER+ apesar de não ser o único instrumento de "Reforço das capacidades organizativas e das competências das zonas rurais", assume-se como instrumento de excelência, no cumprimento da orientação estratégica da Rota do Guadiana da necessidade de contribuir para o aumento das competências dos actores locais, e da população, como forma de capacitação do território, gerando novas iniciativas de desenvolvimento associadas a novos protagonismos na Zona de Intervenção, assegurando assim a sua sustentabilidade em matéria de inovação de promoção da sua autonomia.

David Machado
Ana Alexandre
Rota do Guadiana





Faial, Pico, S. Jorge, Corvo e Flores

Textos de João Limão e Maria do Rosário Aranha

Cinco ilhas no meio do Atlântico Norte. A 1 450 km da Europa, que surge como território mais próximo, as ilhas do território da ADELIAÇOR dão novo sentido a palavras como periferia e isolamento. Com desvantagens evidentes em relação a actividades económicas, a preservação ambiental, paisagística e cultural surge como recurso para o desenvolvimento.

A Zona de Intervenção (ZI) da Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores (ADELIAÇOR) engloba cinco ilhas – São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo – da Região Autónoma dos Açores. Um total de nove concelhos – Calheta, Velas, Lajes, Madalena, São Roque, Horta, Santa Cruz, Lajes das Flores e Corvo – divididos em 53 freguesias, que abrangem uma área descontínua de 1 025,090 km², dos quais 100 por cento corresponde a superfície classificada como desfavorecida.

As ilhas de São Jorge, Pico e Faial, surgem integradas no Grupo Central, formando, devido à sua disposição geográfica, “as ilhas do triângulo”. A poente, Flores e Corvo constituem o Grupo Ocidental. A distância entre ilhas é variável, sendo a maior entre São Jorge e Corvo, de cerca de 147 milhas marítimas, enquanto a menor, entre Pico e Faial, de cinco milhas marítimas. A distância e disposição das ilhas dificulta a nomenclatura do território. Por isso, Catarina Soares, coordenadora do Grupo de Acção Local, assume que a designação da ZI não pode ser outra, senão “Território da ADELIAÇOR”. A denominação possível para um conjunto de ilhas distanciadas e diferentes, localizadas no Atlântico Norte, a cerca de 1 450 km da Europa e 4 240 km da costa oriental da América do Norte.

Ao nível demográfico, o território apresenta uma população residente de 4 4371 habitantes, o que equivale a uma densidade populacional de 43,3 hab/km². De acordo com dados dos Censos de 2001, no período

inter-censitário registou-se uma quebra de -1,5 por cento da população da ZI. Um decréscimo que contrasta com o aumento de 1,8 por cento na Região Autónoma dos Açores.

Uma quebra populacional que não se manifestou de forma idêntica em todas as ilhas. No Corvo, houve uma variação positiva de 6,4 por cento, seguindo-se os concelhos da Horta e Madalena, com 3,7 e 2,7 por cento, respectivamente. No pólo oposto, a ilha que apresenta maior quebra é as Flores, com uma variação negativa de -7,8 por cento, seguida pelas ilhas de São Jorge (-5,3 por cento) e Pico (-2,6). Ao nível dos concelhos, Lajes das Flores (-11,2 por cento) foi o mais afectado, seguido da Calheta e Lajes do Pico, com -9,6 e -9,3 por cento, respectivamente.

A ZI caracteriza-se ainda por um elevado índice de envelhecimento da população, que se situa nos 91,7 por cento, mas que atinge 300 por cento no Corvo e 111,8 por cento no Pico. Situação que se verifica pela menor expressão do efectivo populacional no número de jovens. A taxa de fecundidade decrescente, revela que a descendência média da população feminina, em idade fértil, é inferior ao limiar mínimo (2,1 filhos por mulher) necessário à renovação de gerações, o que perspectiva um acentuar do desequilíbrio da estrutura demográfica, também agravado pelo êxodo migratório.

Ao nível da educação, os Censos de 1991, assinalam uma taxa de analfabetismo média da ZI de 6,7 por cento, com um valor máximo de 9,9 por cento registado no concelho de Velas, em São Jorge, e um mínimo de 5,2 por cento, no Faial. Para contrariar estes números e, em simultâneo assegurar a manutenção dos jovens no território, uma das apostas será na área da educação. Ao nível do ensino superior, a ZI está dotada de um pólo da Universidade dos Açores, na ilha do Faial. Contudo, o ensino profissional deve ser, de acordo com Catarina Soares, uma das soluções para o território.

Sector primário pesado

Ao nível da produtividade, apesar do peso do sector primário ter vindo a diminuir na Região, na ZI é ainda muito significativo, correspondendo a

33,88 por cento, enquanto o secundário representa 22,1 por cento, e o terciário 30,06 por cento da produtividade. O sector primário regista os maiores índices de Produto Interno Bruto (PIB) em todas as ilhas, excepto no Faial, onde o sector terciário contribui para o PIB com uma percentagem um pouco acima dos 50 por cento.

Por isso, nas cinco ilhas da ZI a paisagem é marcadamente agrícola, embora a fertilidade do solo, variável com as diferenças de altitude, seja um factor condicionante da actividade. Os solos com maior capacidade representam 27 por cento no Faial, mas não passam de nove por cento nas restantes ilhas. Entre as culturas tradicionais contam-se o milho, batata branca, batata doce, inhame, tremoço, vinha e hortícolas vários. A fruticultura, floricultura e apicultura surgem como actividades paralelas.

O crescimento da importância da pecuária, manifestou-se através do aumento significativo do número de explorações com gado de carne e do número de cabeças por exploração, entre 1985 e 1995. No Corvo atinge mesmo 83 por cento da Superfície Agrícola útil (SAU) da ilha. Indissociável da condição de ilhas, a pesca desempenha um importante papel na economia da região. O Arquipélago dos Açores abrange a maior Zona Económica Exclusiva da Europa, com cerca de 1 milhão de km². Contudo, os métodos, embarcações e circuitos comerciais estão pouco desenvolvidos. A frota pesqueira ronda as 250 embarcações, sendo o Pico a ilha com maior número, correspondendo a 38,4 por cento do total.

Uma análise dos dados relativos aos meses de Janeiro de 2000 e de 2001, permite concluir que o pescado descarregado registou uma diminuição significativa em relação ao ano anterior, com uma quebra de -53,7 pontos percentuais. A ilha de São Jorge, com uma quebra de -86,8 por cento, foi a mais atingida.

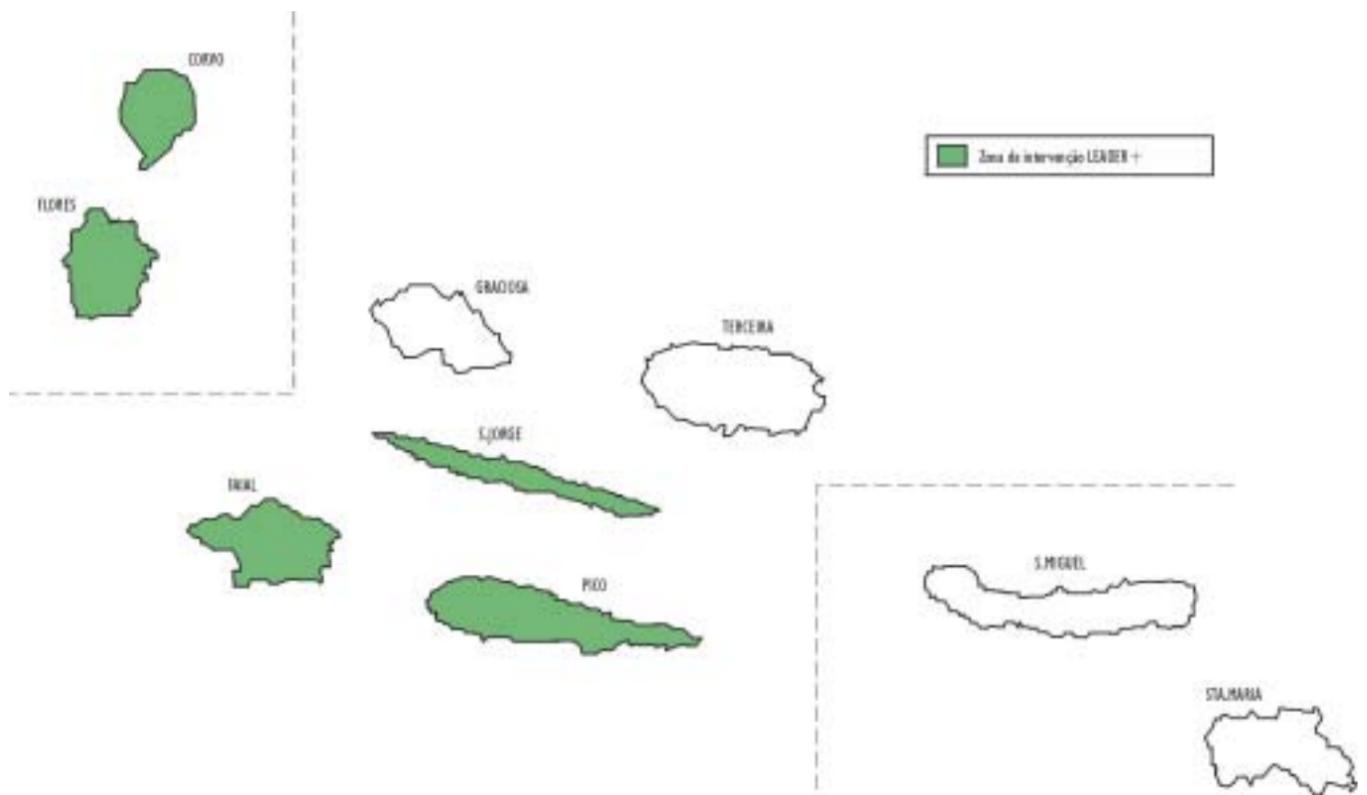
Goraz, pargo, cherne, abrótea, além dos tunídeos, são as espécies mais importantes, sendo que os tunídeos representam apenas 3,7 por cento da totalidade, mas ganham com as mais valias conseguidas na região, através da transformação em conserva. Em relação a esta espécie, a ilha do Pico ganhou predominância, representando 66 por cento da captura na ZI.

Ao nível do sector secundário, a actividade transformadora apresenta uma forte concentração ao nível das indústrias alimentares. Destas, os lacticíneos e conservas de peixe são os principais componentes de especi-



Adeiaçor

Zona de Intervenção LEADER+



alização regional. A restante produção industrial limita-se a unidades de muito pequena dimensão, artesanais, com produção limitada ao consumo local, como a construção civil e artesanato.

Potencialidades turísticas

No sector terciário, a administração pública, comércio, banca e turismo são os principais pólos de actividade. Aliás, a actividade turística tem tido uma evolução positiva em todas as ilhas. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2000 a ZI recebeu 65 473 visitantes, sendo que a percentagem de hóspedes residentes em Portugal é 39,8 por cento superior aos visitantes estrangeiros.

Apesar do clima e ausência de praias em quase todas as ilhas, excepto o Faial, não serem propícios ao turismo de massas do tipo sol/praias, Catarina Soares acredita que o território tem a "vantagem comparativa de ainda ter a natureza intacta". Se isso deixar de acontecer, "ficamos a perder para a Madeira ou Canárias", acrescenta.

A preservação do património ambiental é, assim, uma das prioridades do território. As cinco ilhas encontram-se situadas na Região Macaronésica, que se estende pelos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias. Em toda a ZI, com especial incidência no Pico, encontra-se a *Laurissilva*, vegetação que povoava as regiões circum-mediterrâneas durante o terciário, apresentando uma formação onde predominam árvores, na maioria endémicas. O território tem ainda o trunfo de 55 das espécies que habitam o arquipélago não se encontram em qualquer outra parte do globo, sendo que deste total, 46 espécies vasculares endémicas se encontram no Pico. Ao nível da fauna, o território possui algumas das maiores colónias de nidificação de espécies protegidas marinhas e migratórias, protegidas através da Directiva 79/409/CEE, integrada na Rede Natura 2000, que inclui o estabelecimento de medidas de protecção, como a designação de Zona de Protecção Especial (ZPE). Em 1989, ao abrigo da Directiva Aves foram ainda designadas 15 Zonas de Protecção Especial de Aves Selvagens da Região dos Açores, das quais nove integram a ZI da ADEIAÇOR. Entre as espécies protegidas contam-se o garajau rosado (*Stema dougalli*), uma das 29 aves mais raras da Europa, o garajau comum (*Stema hirundo*) ou o cagarro (*Calonectris diomedea*).

Para além do património ambiental, o território apresenta como argumentos para o turismo as festas e celebrações organizadas em todas as ilhas, como as festas do Divino Espírito Santo, o São João em Santa Cruz, a Semana Cultural das Velas, a Festa do Emigrante nas Flores, a Semana do Mar na Horta, ou a Semana dos Baleeiros no Pico. Sempre bem acompanhadas pela rica gastronomia local.

Em paralelo, o território tem registado um aumento da variedade e número de actividades de animação turística. As estruturas de natureza náutica permitem o mergulho, vela, passeios náuticos, *windsurf*, ou *ski* aquático. No entanto, a Observação de Cetáceos é a actividade com maior expansão, até porque funciona como elemento de ligação com a memória da actividade baleeira, também complementado por espaços museológicos como o Museu dos Baleeiros, Museu da Indústria Baleeira e Casa dos Botes, no Pico, ou a Fábrica da Baleia, na Horta.

PDL LEADER+ da ADELIAÇOR

Melhoria da qualidade de vida das populações

O Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural LEADER+ tem como tema federador a “Melhoria da qualidade de vida das populações”.

No quadro da estratégia da ADELIAÇOR este tema deverá antes de mais nada ser articulado com o tema verdadeiramente defendido, a “Promoção e Reforço das Componentes Organizativas e das Competências das Zonas Rurais”. Devido a uma informação de última hora, quanto às limitações de elegibilidade, em relação a medidas como o apoio à contratação e aos estágios profissionais, a associação trocou o tema federador sem, no entanto, alterar o diagnóstico ou a caracterização do território. Aliás os objectivos específicos e operacionais inscritos no PDL não desmentem o verdadeiro fio condutor desta estratégia. Assim para atingir o objectivo geral da “Dinamização económica e social do território”, a ADELIAÇOR preconiza: o “Revitalizar as relações sociais”; “Criar dinâmicas regionais de desenvolvimento”; “Aumento das competências técnicas no território”; “Reforçar o tecido económico”; etc. Há uma certa consciência dos obstáculos, pois “as pessoas não se lançam em investimentos que não dão dinheiro”. Segundo a coordenadora da Equipa Técnica Local (ETL), Catarina Soares, a aposta desta associação nas acções imateriais é fundamental. E de acordo com esta linha de actuação, a associação de desenvolvimento local “tem deslocado investimentos produtivos para sistemas regionais”, ficando com os projectos difíceis / impossíveis de candidatar a outros programas.

O PDL da ADELIAÇOR foi construído ainda no fim do LEADER II, apoiando-se em inquéritos à população, questionários de avaliação, variadíssimas fontes de informação, bases de dados, etc. O processo que teve início do ano 2000, foi longo. Mobilizou primeiro uma



pessoa (técnica Arlene Goulart) a tempo inteiro e a seguir toda um equipa, incluindo os animadores locais. Do diagnóstico do território resultaram muito concretamente alguns projectos animados pela própria associação. Assim o “Animar as Freguesias”, é o fruto de uma pergunta ligada às expectativas das pessoas em relação à ADELIAÇOR. Detectou-se a necessidade de uma maior proximidade entre o cidadão e a instituição. Outro projecto exemplar é a “Formação Complementar ao Investimento Produtivo”. Assim, quem se candidata ao investimento produtivo pode beneficiar de uma acção de formação financiada, como se fosse uma acção imaterial, daí a taxa elevada de financiamento comunitário. Mas até agora só um promotor de origem alemã achou por bem aproveitar esta ocasião. Segundo o próprio PDL, as acções transversais a toda a Zona de Intervenção (ZI) “traduzir-se-ão na mobilização da população e na criação ou reforço de estruturas locais de base participativa das populações. Estes projectos (de formação específica, de intercâmbios, de reforço da capa-

cidade de intervenção das diversas entidades, entre outros) permitirão estabelecer bases de trabalho futuro mais sólidas, resultado da revitalização dos movimentos associativos. Os promotores destes projectos serão seguramente a ADELIAÇOR (até pelo seu carácter agregador das cinco Ilhas), em parceria com as entidades potencialmente beneficiárias, mas também as organizações locais por si só. Este processo é importante nas estruturas de carácter social ou cultural mas também ao nível da organização do processo produtivo e comercialização da produção e pode surgir como uma oportunidade de integração dos mais jovens nos processos de decisão das estruturas associativas.” A tónica deste discurso situa-se no carácter fortemente imaterial destas propostas. Este propósito é confirmado quando a coordenadora da ETL, Catarina Soares, conta que “quem visse o nosso PDL inicial, pensava que nós éramos LEADER I”. Sabendo que ADELIAÇOR não existia no tempo do LEADER I, este estado de coisas actual assemelha-se a uma justa “procura do tempo perdido”.



Maria do Rosário Aranha / INDE

Plano de Desenvolvimento Local Medidas e submedidas - resumo

Medida 1 Investimentos

Submedida 1.1 Infra-estruturas

- 1.1.1 Espaços Público de interesse turístico e ambiental
- 1.1.2 Criação de espaços de apoio social
- 1.1.3 Gabinete de apoio ao desenvolvimento local

Submedida 1.2 Actividades produtivas

- 1.2.1 Actividades de dinamização turísticas
- 1.2.2 Diversificação da produção agrícola
- 1.2.3 Integração sectorial
- 1.2.4 Organização da produção
- 1.2.5 Organização da comercialização
- 1.2.6 Serviços diferenciados

Submedida 1.3 Outras acções materiais

- 1.3.1 Melhoria das condições dos espaços de dinamização cultural
- 1.3.2 Valorização do património

Medida 2 Acções Imateriais

Submedida 2.1 Formação Profissional

- 2.1.1 Aumentar a qualificação das estruturas associativas
- 2.1.2 Acções de formação específica
- 2.1.3 Formação integradora de projectos produtivos

Submedida 2.2 Outras acções imateriais

- 2.2.1 Dinamização concelhia
- 2.2.2 Estudos técnicos
- 2.2.3 Realização de seminários, encontros e feiras
- 2.2.4 Participação em seminários, *workshops*
- 2.2.5 Edição de material de qualificação/informação
- 2.2.6 Promoção do património natural, edificado e cultural
- 2.2.7 Promoção dos produtos locais
- 2.2.8 Apoio técnico ao desenvolvimento rural

ADELIAÇOR

Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores



No ano de 1994, a ADELIAÇOR nasce sob o impulso de Presidentes de Juntas de Freguesia da ilha do Faial. O desenvolvimento local é uma necessidade, e o Programa LEADER II aparece como uma resposta. Muito rapidamente em torno desta oportunidade mobiliza-se um conjunto vasto e diversificado de actores e entidades locais, oriundos das cinco ilhas, prontos a apostar num futuro melhor. Segundo Catarina Soares, coordenadora desta associação, a ADELIAÇOR veio assim preencher um vazio, dado que no panorama local “não há estruturas abrangentes que se dediquem a esta coisa do desenvolvimento”. É isso mesmo que está em causa, “a participação no movimento associativo para o desenvolvimento da sua terra”. A ADELIAÇOR é a associação para o desenvolvimento local de ilhas dos Açores, nomeadamente do Faial, Pico, São Jorge, Flores e Corvo. É um território geograficamente descontínuo, portanto difícil de gerir porque gera “um sentimento de afastamento dos associados” e implica custos acrescidos de funcionamento. Estas dificuldades são estruturalmente ultrapassadas através da representatividade nos órgãos sociais e a presença no terreno de uma equipa alargada e descentralizada. Na maior parte dos casos, os seis animadores locais são assumidos pelas Câmaras Municipais, quer a nível da disponibilização de estruturas físicas de trabalho quer a nível de pagamentos (o LEADER participa com 170 Euros). De resto, o LEADER financia as reuniões de equipa. Muito concretamente, o conjunto da equipa da ADELIAÇOR encontra-se três vezes por ano. As oportunidades são tão poucas quão as ordens do dia são ricas. Elas são trocas de experiências, são preparatórias de fases de programa, são momentos de formação e auto-avaliação, etc. A sede e o núcleo duro da associação ficam na Ilha do Faial, enquanto os restantes animadores locais intervêm nas outras ilhas: uma no Pico, dois em São Jorge, duas nas Flores e uma no Corvo. O princípio da descentralização também está inerente à figura, ainda pouco funcional, dos Núcleos de Ilha, enquanto potenciais dinamizadores de debates em torno de temáticas localmente importantes. Como elemento de ligação, a associação de desenvolvimento local procura ultrapassar os canais que separam as ilhas através da promoção de projectos que interessam globalmente às cinco ilhas. Assim “Vamos Reflectir o Futuro”, “Pensar o Turismo Ilhéu” e “Animar as Freguesias”, são exemplos de como, estrategicamente, a associação pretende provocar uma reflexão local sobre um tema que diz respeito a um todo. Trata-se de

reflectir, evidenciar e potenciar uma especificidade local, que possa simultaneamente contribuir para fortalecer o conjunto. Noutras palavras, uma mão pode agarrar uma oportunidade, enquanto que cada dedo só pode apontar para ela. Esta leitura da realidade no plural é fruto da filosofia LEADER original, do espírito do desenvolvimento local.

“Em termos de experiência, verificámos que o LEADER, o espírito LEADER e a forma de gestão do LEADER II, principalmente, fizeram a diferença nalguns territórios. Não é fácil trabalhar com as cinco ilhas. O Corvo talvez tenha sido aquele onde houve menor impacto do Programa, mas sentimos que foi também importante. Segundo a avaliação que tentámos fazer no final do LEADER II com inquéritos, a imagem do programa LEADER é até superior à associação. As pessoas reconhecem o programa LEADER como um programa que está junto às pessoas e que é eficaz, em que as pessoas podiam apostar e acreditar.”

No espaço desta quase década, a ADELIAÇOR cresceu em termos de recursos humanos, associados, credibilidade e reconhecimento. O LEADER permitiu que a associação açoreana arrancasse e permite que ela se mantenha financeiramente até hoje. Para além do espaço local, o LEADER é um incentivo para a ligação a outras entidades. Significa o abrir de portas e horizontes. Mas também é verdade que o horizonte parece estar cada vez mais próximo e limitado. O ano de 2006 está quase a “rebentar”. Em previsão desse futuro iminente, a coordenadora da ADELIAÇOR esboça uma estratégia em processo de definição. Preconiza assim a diversificação da actividade, garante de um fonte alternativa/complementar de rendimento, sabendo que este caminho poderá a prazo estar na origem de um distanciamento do local, do trabalho junto das populações, e correndo o risco que a associação passe a ser conotada como sendo concorrencial, ao serviço de uma lógica de mercado. Catarina Soares acredita fundamentalmente que, “as associações sem apoio institucional, seja ele LEADER ou qualquer outro programa comunitário, nacional ou regional, não funcionam com o espírito que devem funcionar, ou seja, trabalhando no local junto às populações”.

ADELIAÇOR
 Pasteleiro
 Angústias – Horta
 Apartado 190
 9901-909 Horta
 Telefone: 292 392 413 / 279
 Fax: 292 392 280
 Email: adeliacor@mail.telepac.pt
 URL: www.adeliacor.org

Órgãos Sociais

Assembleia Geral: Presidente Vítor Manuel Soares | Primeiro Secretário Clube Desportivo de Caça e Golfe do Faial (Demétrio Feijó Alavrez) | Segundo Secretário David Santos | Direcção: Presidente Câmara Municipal da Horta (Rui de Jesus Goulart) | Vice-Presidente Câmara Municipal das Lajes do Pico (Sara Santos Pereira) | Primeiro Secretário Associação de Agricultores do Faial (Ángelo Costa Duarte) | Segundo Secretário Adegas Cooperativas Vitivinícolas do Pico (Jaime Jorge) | Tesoureiro Câmara do Comércio da Horta (Ana Luísa Pereira Luís) | Conselho Fiscal: Presidente Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores | Primeiro Vogal Câmara Municipal da Madalena | Segundo Vogal Câmara Municipal de Velas

Equipa Técnica

Coordenador Catarina Soares | Técnicos Arlene Goulart, Dolores Oliveira, Roberto Faria e Sónia Borges | Animadores Arlene Goulart, Dolores Oliveira, José Luís Bettencourt, Lígia Teixeira, Maria José Marques e Sérgio Fernandes

Associados

Autarquias Locais: Câmaras Municipais Calheta de São Jorge, Corvo, Horta, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena do Pico, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico e Velas de São Jorge | Juntas de Freguesia Angústias, Candelária, Capelo, Castelo Branco, Cedros, Conceição, Feteira, Flamengos, Manadas, Matriz, Norte Grande, Lajes do Pico, Pedro Miguel, Praia do Almoxarife, Praia do Norte, Prainha, Ribeirinha - Faial, Ribeirinha - Pico, Rosais, Salão, Santa Luzia, Santo Amaro do Pico e Santo António | **Entidades Privadas Colectivas:** Associação Agrícola das Flores, Associação de Agricultores da Ilha do Faial, Associação de Agricultores do Pico, Associação de Jovens Agricultores de São Jorge, Câmara do Comércio e Indústria da Horta, Casa do Povo de Beira-Velas, Casa do Povo da Ribeirinha, Casa do Povo de Rosais, Clube de Caça e Golfe do Faial, Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, Cooperativa Difusão Cultural Jorgense, Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, Escola Regional de Artesanato de Santo Amaro, Instituto de Acção Social, Paróquia de Santa Maria Madalena, Santa Casa da Misericórdia da Madalena, Santa Casa da Misericórdia das Velas, Sociedade Cultural Recreativa da Ribeira do Meio, Sociedade Filarmónica Lira Madalense, Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense, União de Cooperativas das Flores e Uniqueijo | **Pessoas Individuais:** Ângelo Duarte, António Lobão, António Soares, Carlos Carepa, Carlos Faria, David Santos, David Silveira, Faialantejo, Manuel Alves Gonçalves, Manuel Brum, Manuel Tavares, Maria Deolinda Bettencourt, Maria Goretti Gonçalves, Maria José Rodrigues, Noélia Castro, Orlando Rosa, Vítor Manuel Soares, Luís Filipe Botelho, Paulo Jorge Correia e José Luis Bettencourt



Catarina Soares
Coordenadora da ETL

Aos 22 anos, Catarina Soares, licenciada em Direito (Universidade Clássica de Lisboa), casa com um faialense e vai viver para a Ilha dele. Depois do estágio, a jovem advogada começa a exercer.

A certa altura, a associação ADELIAÇOR pede-lhe para alterar os seus estatutos e o regulamento interno. Pouco depois, Catarina Soares é convidada a avançar com uma candidatura ao LEADER II. Durante muito tempo, esta jovem coordenadora é a cabeça, as mãos e os pés da associação. “Em 1999/2000 equacionei a possibilidade de sair da associação. O facto de as coisas estarem a andar, os projectos a terminar e o programa a concluir, fez com que fosse muito difícil afastar-me e acabei por ficar.” Hoje, em tempo de LEADER+, Catarina Soares, 34 anos, consegue conciliar o seu papel de coordenadora de uma equipa técnica com o regresso à advocacia. Quanto ao futuro, para além de uma aposta na diversificação, Catarina sublinha que “as associações quer em termos humanos, quer em termos financeiros não são fortes e para se desenvolverem projectos é preciso pessoas, é preciso dinheiro, é preciso começar a ganhar respeito dentro da comunidade”.



Dolores Oliveira
Técnica superior e animadora local

Dolores Oliveira nasceu há 33 anos no Canadá. Quando ela atingiu os nove anos, os pais deixaram a emigração e foram viver para o Faial. É licenciada

em Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores (São Miguel). Após a licenciatura vai viver para a Terceira, onde chega a trabalhar seis meses na Grater - Associação de Desenvolvimento Regional. Em 2001, regressa ao Faial, com uma bagagem de experiência de trabalho na área do desenvolvimento local, que a leva a entregar o currículo na ADELIAÇOR. Em Fevereiro de 2001 é chamada para fazer uma entrevista e fica. É animadora na Ilha do Faial e para além disso analisa todos os projectos LEADER que entram na associação. Com muita franqueza Dolores lamenta que os jovens que estão a estudar fora não voltem. Na sua opinião, “as pessoas é que fazem a terra e permitem o seu desenvolvimento. Normalmente, os jovens que vão estudar para fora não voltam, alegando, precisamente, que a terra não lhes oferece condições, quando são as pessoas que proporcionam as condições”.



Arlene Goulart
Técnica superior e animadora local

28 anos, licenciada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Esta natural do Pico regressou às origens, devido a uma perspectiva de trabalho que acabou por não

se concretizar. Trabalhou então três meses numa rádio local, antes de responder a um anúncio da ADELIAÇOR. Entra para a associação em Maio de 2000. Durante mais de dois anos vai trabalhar na sede: primeiro, especificamente na construção da candidatura para o LEADER+ e depois no arranque. Em 2003, a técnica assume principalmente o papel de animadora local do Pico. A Ilha é muito grande, são três concelhos para uma única animadora. Além disso, uma vez por semana Arlene Goulart veste o papel de técnica da associação, apanha o barco para o Faial, onde assume responsabilidades ligadas aos projectos / relações transnacionais. Segundo a técnica e animadora, “o LEADER é muito importante para estas zonas, em processo de desertificação e afastadas geograficamente”.



Roberto Faria
Administrativo

Roberto Faria tem 23 anos e o 12º ano na área das Humanidades. É o benjamim da ETL, mas, simultaneamente, depois da coordenadora, é o funcionário que está há mais tempo na ADELIAÇOR. Entrou

em 1999 para a associação, depois de ter trabalhado como recepcionista. Como administrativo é responsável pela correspondência, facturação, preparação dos quadros WinLeader, multimédia e manutenção do material informático. Mas também para além disso, gosta de informar as pessoas sobre a existência do LEADER e da associação de desenvolvimento local. Tem a particularidade de ter concorrido três vezes à ADELIAÇOR. À terceira foi a boa. Apesar desta difícil entrada, Roberto Faria confessa, “gosto de trabalhar aqui, porque foi o primeiro sítio onde me deram uma oportunidade e dou-me bem com todas as pessoas.”



Equipa de animação local

Dolores Oliveira (Faial), Arlene Goulart (Pico), José Luís Bettencourt (Concelho das Velas - S. Jorge), Sérgio Fernandes (Concelho da Calheta - S. Jorge), Lígia Teixeira (Concelho das Lajes - Flores), Maria José Marques (Concelho de Sta. Cruz - Flores).

LEADER: fonte de inspiração para outros programas

O interesse suscitado e os resultados obtidos pelo Programa LEADER contribuíram para que a administração nacional, regional e local de alguns países e os próprios grupos LEADER se inspirassem na sua filosofia e metodologia para elaborar outras intervenções em meio rural.

Analisando as políticas de desenvolvimento rural conduzidas em alguns países da União Europeia, ainda durante o LEADER II começa a verificar-se a transferência e a integração de algumas especificidades do LEADER nessas políticas através de diferentes mecanismos. Foi o caso dos Programas POMO na Finlândia, dos Programas PRODER em Espanha e do "LEADER National" na Irlanda.

O Programa POMO (Finlândia)

A primeira versão do Programa POMO, foi lançada na sequência da selecção dos GAL LEADER II. Financiado com fundos inteiramente nacionais, o POMO não se limitava às zonas de Objectivo 6 ou 5b (UE), como o LEADER II, mas destinava-se à generalidade dos territórios rurais finlandeses.

O POMO partilhou o mesmo princípio operacional do LEADER: utilizar fundos públicos para apoiar a implementação de planos de desenvolvimento locais, sabendo que os beneficiários locais também comprometerão recursos financeiros próprios para realizar os projectos. A ideia era dar aos GAL POMO uma maior independência do que os GAL LEADER pois poderiam afectar os seus recursos financeiros sem terem que submeter a decisão a autoridades "distritais".

Os programas locais POMO puderam ser estruturados livremente, com base nas condições e necessidades dos respectivos territórios. Não foram fornecidas quaisquer definições prévias sobre quais os elementos que o programa deveria conter aos técnicos responsáveis por este trabalho, neste sentido pode dizer-se que o POMO incorporou o ideal de desenvolver actividade definidas genuinamente por iniciativa dos habitantes, melhor do que o programa LEADER. Por outro lado, existiu o perigo de os programas se tornarem demasiado complexos, pois as pessoas pretendia resolver de uma só vez tudo aquilo para o que ainda não tinham tido recursos e não conseguiam fazer escolhas claras sobre as principais linhas a ser adoptadas.

Os programas POMO foram em grande medida um conjunto de ideias e planos para projectos respeitantes a uma determinada área. Neste sentido, os programas funcionaram sobretudo como instrumentos de financiamento, em vez de meios para estimular novos processos de desenvolvimento. Isto deve-se em parte às limitações de recursos disponíveis para os GAL POMO, incluindo reduzidas equipas técnicas e períodos muito curtos para a implementação dos projectos.

Actualmente a Finlândia está a implementar a segunda geração do programa – o POMO+. Uma vez mais o programa pretende alargar a abordagem LEADER a novos territórios através do financiamento nacional, complementando o LEADER e outras medidas de desenvolvimento rural. O financiamento público que representa 70% do programa POMO+ é repartido pelo Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Florestal (80%) e pelos municípios onde os GAL POMO+ intervêm.

O Programa de Desenvolvimento Rural LEADER National (Irlanda)

O Programa Nacional de Desenvolvimento Rural LEADER, também designado por Iniciativa de Desenvolvimento Rural de Base Territorial, ou mais simplesmente *LEADER National* (parcialmente co-financiado pelo FEOGA, com uma contribuição pública de 75.6 milhões de Euros, faz parte dos Programas Operacionais Regionais no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional 2000-2006. O programa complementa o Programa LEADER+ e assegura a existência de recursos para as 13 áreas que não foram seleccionadas para implementar o LEADER+.

Os fundos serão utilizados por grupos locais de base territorial para implementar planos de desenvolvimento que abrangem administração, animação, trabalho em rede e associativismo, incluindo associativismo de mulheres, formação turismo rural e agro-turismo, artesanato e serviços, transformação agro-alimentar de pequena escala actividades ambientais de pequena escala. Esta submedida visa essencialmente o "mainstream" das actividades do LEADER II, uma vez que a iniciativa comunitária LEADER+ se focaliza em áreas limitadas. Visa também responder a diversos compromissos do Governo irlandês expressos no Livro Branco do Desenvolvimento Rural (1999).

Em complemento, os "outros actores colectivos" (medida B2 do LEADER II), que não são elegíveis no LEADER+, recebem apoio através do *LEADER National*. Em Novembro de 2001, foram assinadas as convenções de financiamento com 22 grupos LEADER+, 13 grupos *LEADER National* e 3 "outros actores colectivos".

Os Programas PRODER (Espanha)

O Programa Nacional PRODER, Programa Operacional de Desenvolvimento e Diversificação Económica de Zonas Rurais nas Regiões Objectivo 1, foi aprovado pela Comissão Europeia em Junho de 1996 para um período de quatro anos (1995-1999) e os seus objectivos coincidiram em boa medida com os da Iniciativa LEADER II, ou seja: impulsionar o desenvolvimento endógeno e sustentável das zonas rurais através da diversificação económica para travar a regressão demográfica, elevando o rendimento o bem-estar social dos seus habitantes e assegurando a conservação do espaço e dos recursos naturais.

Para atingir estes objectivos, o PRODER apoiou e subvencionou um ambicioso conjunto de medidas de desenvolvimento rural. De uma forma genérica, estas medidas visavam valorizar o património das comunidades, fomentar o turismo, apoiar as pequenas empresas e as actividades artesanais e os serviços, revalorizar o potencial produtivo agrário e florestal e facilitar a formação de associações em meio rural.

O PRODER foi implementado, em 24% da superfície nacional de Espanha, por 97 GAL e 4 outras entidades num total de 101 programas PRODER, mobilizando um total de 530 MEuros, dos quais 51% financiados através dos fundos comunitários FEOGA-Orientação e FEDER, complementados por contribuições dos diferentes níveis da administração e dos privados.

Para o período 2000-2006 está em curso o programa PRODER 2, aplicável a todo o território nacional de Espanha. De facto, sob esta designação genérica, encontram-se um conjunto de medidas de desenvolvimento endógeno das zonas rurais que fazem parte da programação de desenvolvimento rural de âmbito regional: os Programas Operacionais Integrados Regionais (nas zonas de Objectivo 1) e os Programas Regionais de Desenvolvimento Rural (para as zonas fora do Objectivo 1).

Quanto ao modelo de financiamento, os programas regionais integram no Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, recorrendo ao FEDER, ao FEOGA-Orientação (nas zonas de Objectivo 1) e ao FEOGA-Garantia (nas zonas fora do Objectivo 1), são também co-financiados pela administração geral do estado, as Comunidades Autónomas, a administração local e os privados.

Após a publicação das convocatórias regionais, os programas territoriais e os GAL que os gerem são seleccionados com base nos critérios adoptados entre o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação e as Comunidades Autónomas. Neste momento encontram-se em actividade 162 GAL PRODER.

Embora com diferenças significativas entre si, próprias das especificidades dos países e das respectivas políticas de enquadramento, os programas PRODER 2 espanhóis, o programa POMO+ finlandês e o programa LEADER National na República da Irlanda apresentam em comum a extensão da aplicação do método LEADER a outros instrumentos, outros territórios e/ou outras fontes de financiamento.

Minha Terra
Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

Bibliografia:

- "Implementing EU Rural Development 2000-2006 – The Finish Case"; Comissão Europeia, DG AGRI, Unidade E1, Fevereiro de 2003
- "Implementing the new EU Rural Development – The Spanish Case"; Comissão Europeia, DG AGRI, Unidade E1, Outubro de 2002
- "Experiences from local development in Northern Periphery", Tuula Isosuo, University of Helsinki, Mikkel Institute for Rural Research and Training, Abril de 2000
- <http://www.redr.es/> - Red Española de Desarrollo Rural
- <http://www.pobail.ie/> - Department of Community, Rural and Gaeltacht Affairs



Rede Portuguesa LEADER+



IDRHa
Instituto de Desenvolvimento Rural
e Hidráulica

Conferência Dinâmicas e Ligações entre os Territórios Rurais na Sociedade de Informação

Dia: 18 de Novembro de 2003

Local: Auditório da Portugal Telecom - Lisboa

Objectivos

- Incentivar para uma utilização sistemática das novas tecnologias de informação;
- Proporcionar informação sobre o funcionamento do motor de busca para a cooperação transnacional, no âmbito do Programa LEADER+;
- Equacionar e programar soluções de trabalho futuro que envolvam as NTI, no âmbito do Vector 3 – Colocação em rede.

Programa

9:30 Abertura

- Prof. Fernando Bianchi de Aguiar, *Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural*
- Eng.º C. Mattamouros Resende, *Presidente do IDRHa*
- Dr.ª Maria do Rosário Serafim, *Rede Portuguesa LEADER+*

10:00 Conferência: O Desenvolvimento Rural Sustentável e Sociedade de Informação na Europa

- Philip Wade, *Administrador da OCDE (Direcção da Administração Pública e Desenvolvimento Territorial)*

11:00 Pausa para café

11:30 Videoconferência: Uma aplicação informática para o desenvolvimento rural: o caso do motor de busca para a cooperação transnacional

- Hans-Olof Stålgren e Torgil Sveson, *Rede Animação LEADER+ (Suécia)*

12:30 Debate

13:00 Almoço

14:30 Painel: O uso das tecnologias de informação e comunicação nas iniciativas de desenvolvimento local em meio rural: interesses e dificuldades

Moderador: Eng. Miguel Castro Neto, *ISA*

- Dr. Jaime Quesado, *Gestor do POSI*
- Experiências locais sobre o uso das TIC em meio rural, *ADIBER/AD ELO/IN LOCO*
- Carrefour - Dr. Adalberto Martins, *Universidade dos Açores*

16:30 Debate e conclusões

Conferência: O Desenvolvimento Rural Sustentável e a Sociedade de Informação na Europa

[Tópicos da conferência]

- Considerações preliminares: uma nova era. O valor da informação e organização. A cidade global: riscos e desafios
- Sociedade de Informação e Desenvolvimento Rural. Introdução: questões, perspectivas; riscos e oportunidades para as áreas rurais
- As questões fundamentais: infra-estruturas de telecomunicações e serviços, o modelo da sociedade de informação, indicadores e critérios de boas práticas
- Questões sociais: a dívida digital, os pontos de acesso público, os serviços públicos, a governância local
- Questões económicas: pequenos negócios, novas actividades
- Lições de alguns casos de estudo
- Conclusões

Philip Wade

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

Videoconferência: Uma aplicação informática para o desenvolvimento rural: o caso do motor de busca para a cooperação transnacional

Hans-Olof Stålgren
Torgil Sveson
Rede Animação LEADER+ (Suécia)

Painel: O uso das tecnologias de informação e comunicação nas iniciativas de desenvolvimento local em meio rural: interesses e dificuldades

[Excerto da comunicação]

(...) A informação, e não a terra, o trabalho ou o capital, é actualmente considerado o recurso mais escasso pelas organizações e aquele que, quando gerido de forma eficiente, cria vantagens competitivas para as mesmas num ambiente global cada vez mais concorrencial. Embora o campo do desenvolvimento local em meio rural não se restrinja às organizações que agem nessa envolvente, em última análise, o desenvolvimento desse espaço estará dependente da sua viabilidade e sustentabilidade no longo prazo.

As experiências na utilização das tecnologias de informação e comunicação em prol do desenvolvimento local em meio rural se, por um lado, demonstraram o potencial que as mesmas encerram, por outro, deixam antever grandes dificuldades para que estas tecnologias atinjam os objectivos e produzam os retornos que justifiquem os investimentos realizados. De facto, embora as tecnologias disponibilizem, actualmente, possibilidades praticamente ilimitadas de desenvolver sistemas de informação e comunicação extremamente elaborados, a questão da sua capacidade de cumprir a função para que foram concebidos permanece. No caso concreto do desenvolvimento local em meio rural esta questão ganha uma importância crucial, especialmente face às características específicas do mundo rural nacional que coloca desafios acrescidos quanto à sua capacidade para tirar partido destas tecnologias.

Neste contexto, será extremamente importante conhecer os modelos que já foram ensaiados tendo em vista, não só definir boas práticas mas, mais importante, evitar os erros do passado e aproveitar esses ensinamentos para mais rapidamente e com maior probabilidade de sucesso, desenvolver sistemas de informação e comunicação que contribuam para o desenvolvimento rural futuro.

Embora as possibilidades de utilização das novas tecnologias de informação e comunicação para promover o desenvolvimento rural sejam inúmeras, vamos apenas referir quatro modelos possíveis, seguindo a proposta do Observatório Europeu LEADER (Cadernos do Observatório, N.º 4, 2000):

- Tecnologias de informação e comunicação para reforçar as actividades existentes (...)
- Tecnologias de informação e comunicação para explorar as novas oportunidades (...)
- Tecnologias de informação e comunicação para melhorar os serviços de proximidade (...)
- Estabelecimento de uma rede electrónica de agentes socioeconómicos (...)

(...) Apesar de estarmos convictos do potencial das tecnologias de informação e comunicação para suportar o desenvolvimento rural, será necessário um grande esforço para promover a sua divulgação, adopção e utilização no meio rural, meio este com características que colocam grandes interrogações quanto à sua real capacidade de, autonomamente, tirar partido deste potencial, uma vez que o factor crítico de sucesso são, cada vez mais, as pessoas. De facto, é necessário lidar com questões a três níveis:

- Social - existem as competências para tirar partido das tecnologias?
- Económico - existe capacidade financeira para efectuar os investimentos necessários?
- Tecnológico - o acesso à tecnologia e à Internet está disponível?

Estas questões têm sido alvo de prolongado debate, como aconteceu no início do ano em Valência (Espanha), onde a Comissão Europeia organizou um conferência intitulada "*Sociedade da Informação como um Factor Chave para o Desenvolvimento Rural*" com dois objectivos: um de natureza política, que consistiu em reunir os decisores da Comissão Europeia e dos estados membros para obter uma plataforma de consenso quanto a formas de cooperação e coordenação das iniciativas individuais nesta área, e outro, do foro sócio-económico, que visou juntar os agentes da Sociedade da Informação e a comunidade do Desenvolvimento Rural tendo em vista promover a troca de experiências e de boas práticas na utilização das tecnologias de informação e comunicação nas áreas rurais. (...)

Miguel de Castro Neto
Instituto Superior de Agronomia

Experiências locais sobre o uso das TIC em meio rural

AD ELO

A AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego assumiu, desde o início da sua intervenção, que a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação constitui um factor estratégico para o desenvolvimento, modernização e valorização da qualidade de vida das zonas rurais. (...)

Das diversas acções desenvolvidas destacamos:

- "Criação do Estaleiro Terravista" (1997-2000)
- "Escolas na Internet" (1998-2000)
- "CIBER - AD ELO - Sociedade de Informação em Meio Rural" (2002 -...)

Estes são projectos que facilitam o uso generalizado dos mecanismos da sociedade de informação, no sentido de combater as novas categorias de excluídos, que são já hoje quem não domina estas novas ferramentas. O combate à "info-exclusão" é pertinente em todos os espaços, mas assume um carácter prioritário nos meios rurais que, pela sua natureza dispersa, tem grandes dificuldades em acompanhar os novos avanços tecnológicos.

Mário Fidalgo
AD ELO

IN LOCO

Num mundo onde a comunicação e a informação estão na ordem do dia como conseguir que as novas tecnologias não provoquem um isolamento ainda maior do mundo rural.

Um olhar para as questões fundamentais desde as infraestruturas até ao papel importante que as ADL têm como interface com o mundo rural. A necessidade de um trabalho estruturado em formação para os utilizadores finais no uso das ferramentas informáticas, compreensão para o cidadão da utilização das novas tecnologias e produção ou adaptação de conteúdos transformando informação em conhecimento.

Miguel Velez
In Loco

ADIBER

(...) Um dos desafios que se colocava ao Programa LEADER II para a Região da Beira Serra - Concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua - passava, e continua a passar, pela criação de condições materiais que atenuem o persistente abandono das Aldeias desta Região, em favor da tão famigerada demanda dos centros urbanos do Litoral com todos os transtornos, dificuldades e alienação que tais opções acarretam, ao nível do bem estar e qualidade de vida. Na Sociedade de Informação em constante mutação, em que estamos inseridos, não podemos gerar novas formas de exclusão, os info-excluídos, nem nos podemos dar ao desperdício de deixar de dotar os mais jovens da preparação intelectual que os qualifique para os desafios que terão de enfrentar no futuro.

Neste sentido, a ADIBER em parceria com as câmaras municipais da região da Beira Serra, implementou um Projecto com o apoio do PIC LEADER II, que consistiu em dotar as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico das aldeias mais isoladas da Região, com equipamentos informáticos ligados à Internet. (...) Atendendo à localização dos equipamentos, em aldeias isoladas, e à rentabilização do investimento efectuado, aliado à importância que deve assumir a Instituição escolar na sua abertura e maior envolvimento com o meio, pretendeu-se que este Projecto se constituísse como uma primeira aproximação da noção de postos públicos de Internet, onde toda a população residente e não residente pudesse tomar contacto com outras formas de comunicação com o exterior. (...)

O interesse e motivação manifestados desde a primeira hora pelos diversos parceiros envolvidos no Projecto, em aproveitar a oportunidade lançada pelo Programa LEADER II, quando ainda não estava lançado o Programa Operacional para a Sociedade de Informação, que veio popularizar a instalação e utilização da Internet, fazia antever que os objectivos propostos seriam facilmente atingidos, com os benefícios inerentes junto do público-alvo definido. (...)

José Domingos Cabeças
ADIBER

Os Centros de Informação e Animação Rural Europeus e as Novas Tecnologias de Informação

[Resumo da comunicação]

- Apresentação do trabalho em rede dos *Centros de Informação e Animação Rural Europeus*, realçando a importância que as novas TICs têm na divulgação atempada dos convites à apresentação de propostas para projectos de iniciativa comunitária e, sobretudo, da procura de parcerias em projectos, entre o nosso país e a rede europeia;
- Pretende-se realçar a importância que a implementação de um sistema de Videoconferência teria, para evitar grandes deslocamentos, tanto da nossa parte, como dos Parceiros Europeus, aquando da necessária troca interactiva de infor-

mações e questões suscitadas pelos Projectos apresentados;

- Vantagens da implementação da 3ª Geração de Comunicações móveis (UMTS), visando a dinamização das Redes Europeias e, sobretudo, das Nacionais. Esta tecnologia permitirá através de velocidades de transmissão muito superiores às actuais, trocar impressões on-line, utilizando não só a Voz, como a imagem ou qualquer produto multimédia em MODO de Conferência.

Adalberto Manuel Soares Martins
Universidade dos Açores

II Encontro das Aldeias de Portugal

Realizou-se no passado dia 17 de Outubro, em Guimarães, o II Encontro das Aldeias de Portugal. A apresentação dos projectos de cooperação “Aldeias de Portugal” e “Aldeias de Tradição”, inseridos no Vector 2 do Programa LEADER+, foram os principais momentos do encontro onde também foi apresentado o Caderno de Normas que irão regulamentar as “Aldeias de Portugal”.

O projecto de cooperação interterritorial “Aldeias de Portugal” envolve oito associações de desenvolvimento local (ADL) da região de Entre-Douro e Minho e uma de Trás-os-Montes e Alto Douro (Ader-Sousa, Adril, Adrimag, Adriminho, Atahca, Beira Douro, Dolmen, Probasto e Sol-do-Ave) e tem por objectivos promover as aldeias, através da divulgação do alojamento turístico; promover, divulgar o património histórico, cultural e ambiental, a região e seus produtos; trocar experiências e boas práticas com outras entidades LEADER a nível nacional e transnacional; reforçar a rede de cooperação (criada no LEADER II), envolvendo novos parceiros e novos territórios; organizar e revalorizar os recursos naturais, culturais e históricos existentes no sentido da sua conservação e fruição; promover uma imagem de autenticidade e de qualidade do território, melhorando a sua visibilidade e estimulando o reconhecimento da sua identidade junto da população local; estimular a organização, certificação e comercialização dos produtos do território.

O Caderno de Normas das Aldeias de Portugal, encontros “Aldeias de Portugal”, a participação em feiras, o estudo da imagem das Aldeias de Portugal e elaboração do material de divulgação, *site*, roteiro das Aldeias de Portugal, um *stand* para eventos e a constituição e funcionamento da Comissão de Avaliação das Aldeias de Portugal são as acções previstas no âmbito deste projecto.

O Caderno de Normas, concretamente, vem, finalmente, clarificar o conceito de “Aldeia de Portugal” (que começou a ser definido em 1997, com a constituição da ATA - Associação de Turismo de Aldeia, pelas ADL Adril, Adriminho e Atahca), e estipular as condições para os alojamentos turísticos, unidades de restauração e produtos locais que pretendam utilizar a marca “Aldeias de Portugal”. (ver caixa)

O projecto de cooperação transnacional “Aldeias de Tradição” - resultado do alargamento da parceria criada e desenvolvida no âmbito do Programa LEADER II - envolve as nove entidades parceiras do projecto “Aldeias de Portugal” e



parceiros homólogos de Espanha (Adim, Adriconpa, Portodemouros e Ribeira Sacra Lucense), Holanda (Lauwersland, Noordwest Fryslan, Drents FriesL+ Gebied e Flevoland) e Irlanda (Blackwater Resource Development) e, futuramente, da Itália. O objectivo é promover e reforçar a Rede das Aldeias de Tradição na Europa, operacionalizando um grupo europeu de interesse

económico, com critérios de selecção/classificação das aldeias e troca de *know how*. As acções previstas contemplam encontros com entre os parceiros, a elaboração de um manual de qualificação das Aldeias de Tradição, a promoção da Rede das Aldeias de Tradição e a criação de um *site*.

Redacção
com a colaboração da ADRIL e Minha Terra

Caderno de Normas “Aldeias de Portugal”

“Aldeia de Portugal” - Aglomerado populacional inserido em meio rural, constituindo um espaço de relevante valor patrimonial e possuindo um carácter próprio que se expressa na tradição das suas actividades e produtos, e cuja população se identifica com um projecto integrado de salvaguarda e rentabilização desses valores.

A **classificação das Aldeias** tem subjacente o número e as características arquitectónicas das edificações, o número de habitantes e as actividades económicas e/ou culturais predominantes

O **alojamento turístico** que pretenda utilizar a marca “Aldeias de Portugal” deverá:

- estar localizado numa aldeia de Portugal
- estar devidamente licenciado pelas entidades competentes, numa das modalidades de TER
- utilizar nas refeições que forneça, sempre que possível, produtos agro-alimentares da aldeia ou da região em que está inserida
- enquadrar-se nas características arquitectónicas da aldeia
- possibilitar a realização de actividades e eventos de animação

As **unidades de restauração** inseridas na rede das Aldeias de Portugal deverão:

- estar localizadas numa aldeia de Portugal
- estar devidamente licenciado pelas entidades competentes
- promover a gastronomia local e regional
- utilizar sempre que possível produtos da aldeia ou da região onde se insere
- enquadrar-se nas características arquitectónicas da aldeia
- promover eventos de animação

Os **produtos locais** que pretendam utilizar a marca Aldeias de Portugal deverão cumulativamente:

- serem produzidos numa Aldeia de Portugal ou na região onde se insere
- serem resultantes de uma actividade ou processo produtivo tradicional da aldeia ou da região onde se insere

O **pedido de classificação** deverá ser solicitado à ATA - Associação de Turismo de Aldeia pela ADL sua associada em cuja região a aldeia se localiza

Comissão de Avaliação das Aldeias de Portugal

Aprecia e emite parecer vinculativo sobre os pedidos de classificação ou de eventual recurso Submete à Direcção da ATA a ratificação do parecer de classificação ou de eventual recurso Acompanha e fiscaliza o cumprimento do Caderno de Normas

A **decisão** sobre o pedido de classificação ou eventual recurso é da responsabilidade da Direcção da ATA

Um cheirinho a Alentejo...

A Associação Terras Dentro, em parceria com a Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS) promoveu nos passados dias 3 a 5 de Outubro uma iniciativa de promoção dos produtos regionais alentejanos denominada “Um cheirinho a Alentejo...”. Esta iniciativa foi desenvolvida no âmbito da RuralBeja 2003, evento de promoção do mundo rural alentejano, desenvolvido pela CMB e ACOS no Parque EXPOBEJA.

Os produtos agro-alimentares regionais, transversais a todo o Alentejo, foram assim promovidos num evento que acarinha os seus produtores, tendo-se privilegiado os queijos, os enchidos, o pão, o vinho, o azeite e o mel. A Terras Dentro tentou que os produtores em causa fossem representativos do Alentejo, existindo desde conceituadas cooperativas agrícolas, por exemplo a Cooperativa de Portel ou da Vidigueira, até aos pequenos produtores, tais como a pequena padaria de Vidigueira ou de enchidos de Oriola.

A Terras Dentro organizou o espaço de 110 metros quadrados em área de exposição de artefactos e utensílios, área de venda e área de provas gastronómicas, tendo este espaço sido animado por uma projecção continua de imagens relativa aos produtos regionais alentejanos, bem como aos seus métodos de produção, paisagens, etc., evocando assim claramente a qualidade associada ao meio onde estes são produzidos.

Terras Dentro



Congresso da Beira Serra

Foi em 2001 que a ADIBER - Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra se lançou, pela primeira vez, na organização de um Congresso para a Beira Serra. Iniciativa de animação do território e de dinamização dos actores locais, o I Congresso teve oportunidade de enunciar um conjunto de carências do território e de apontar caminhos para o seu desenvolvimento. Isto a par de ser um momento de afirmação interna e externa e uma forma de reivindicar junto dos poderes públicos nacionais um olhar especial para as necessidades das suas populações.

Dois anos depois, como ficou desde então definido, preparou a Associação a segunda edição do Congresso. Para a dinamizar teve em linha de conta o documento de conclusões aprovado em 2001 e sobre ele fez uma ampla reflexão junto dos diversos técnicos que prestam serviço nas instituições do território. E chegou ao Congresso, em 17 e 18 de Outubro, com um conjunto de ideias mais ou menos consensualizadas e uma ideia força – a da constituição de um grande Observatório do Desenvolvimento da Beira Serra, uma estrutura flexível que permitisse um acompanhamento permanente das intervenções do território, uma reflexão sobre as grandes estratégias e uma articulação dos mais diversificados parceiros na sua concretização.

Foi a cidade de Oliveira do Hospital que recebeu o Congresso neste ano. No novo Auditório Municipal foi possível acolher a cerca de duas centenas de congressistas que, ao longo dos dois dias, tiveram oportunidade de ouvir as intervenções dos convidados e de discutir alguns dos temas propostos. E depois de uma abertura solene, com a presença dos presidentes dos quatro municípios, foi possível ouvir proclamar a vontade de a região “falar a uma só voz”, articulando regionalmente as suas intervenções. Que o tempo viria a desmentir pois, ao encerramento no segundo dia, era clara a discordância dos quatro concelhos no que diz respeito à integração das novas comunidades urbanas e intermunicipais. Com a definição do concelho de Góis de aderir à Área Metropolitana de Coimbra e do concelho de Tábua de aliar a Viseu, a ideia de uma Comunidade Urbana dos Vales do Ceira e do Alva ficou esvaziada de conteúdo. Mas as Conclusões deixaram ainda uma réstia de esperança ao prometerem o início de um processo de reflexão com vista a estudar a conveniência e oportunidade de tal solução.

Pelo meio, cinco temas foram debatidos. O desenvolvimento rural, muito canalizado para o ordenamento florestal e para o risco de incêndios; a economia, com um olhar atento às dificuldades de uma indústria local inserida num contexto de globalização; o social, com especial incidência nos problemas do desemprego e redes sociais municipais; a juventude, com uma ampla

participação de estruturas juvenis locais e o território, onde as questões políticas da recente legislação que cria as áreas metropolitanas e as comunidades urbanas e intermunicipais foram amplamente discutidas.

Paralelamente ao Congresso realizou-se o I Encontro da Juventude da Beira Serra, envolvendo quase meia centena de organizações juvenis. Com um sarau artístico na noite do dia 17 totalmente protagonizado pelos jovens da Beira Serra, este encontro teve na manhã de 18 um conjunto significativo de actividades, só ensombradas pela chuva que teimou em contrariar os propósitos da organização. Para além disso, uma exposição da intervenção das associações juvenis esteve patente no Auditório Municipal, que ostentava também a exposição sobre o Programa LEADER elaborada pela Célula de Animação durante a vigência do LEADER II.

As Conclusões aprovadas no final do Congresso são um ponto de partida para um trabalho de concertação e de afirmação que deverá desenvolver-se ao longo dos próximos dois anos. Entretanto, é de relevar o compromisso assumido pela ADIBER e pelas quatro Câmaras Municipais de porem em funcionamento o Observatório da Beira Serra que pretende vir a ser, para lá de um espaço de concertação e de definição de estratégias, a base de uma afirmação da região da Beira Serra. Que quer assumir nas suas mãos a construção de um futuro melhor. E que, apesar de tudo, pretende continuar a falar A UMA SÓ VOZ.

Francisco Botelho



Francisco Botelho

Excerto das Conclusões do II Congresso da Beira Serra

[...]

Como grandes linhas de força que sobressaíram das reuniões preparatórias, das comunicações efectuadas nos diferentes painéis do Congresso e dos debates que elas proporcionaram, ressaltam:

1. A vontade expressa por todos os interlocutores, designadamente pelas quatro Câmaras Municipais – Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua – de falarem a uma só voz na tarefa de afirmação da Beira Serra, interna e externamente, e da construção de uma estratégia de desenvolvimento integrada e articulada para o seu território.
2. No contexto da vontade anteriormente expressa e da reorganização administrativa em curso através das Leis nº 10 e 11 de 2003, a ideia de lançar uma ampla reflexão sobre a oportunidade, o interesse e a utilidade de se criar uma Comunidade Intermunicipal para os territórios dos Vales do Alva e do Ceira.
3. A necessidade de se elaborar um verdadeiro Plano de Desenvolvimento Integrado para a região da Beira Serra [...]
4. A consciência de que, apesar de todas as dificuldades, existem na Beira Serra as potencialidades e os recursos humanos indispensáveis à garantia do seu desenvolvimento. Porém, esta consciência é acompanhada pela constatação de um conjunto de circunstâncias e de especificidades territoriais que implicam a reivindicação de um estatuto de excepcionalidade e de uma discriminação positiva no tratamento institucional e na disponibilização de meios.
5. A certeza de que o desenvolvimento da Beira Serra está indissolúvelmente ligado à qualificação das suas populações, pelo que é atribuído um papel fundamental aos sectores da educação e da formação. Neste capítulo convém realçar:
 - a necessidade de elaborar um Plano de Formação para a região da Beira Serra, [...]
 - a necessidade de assegurar e incentivar Programas de Formação Contínua para as populações da Beira Serra;
 - o interesse em envolver o ensino oficial na pedagogia do empreendedorismo através de projectos de “Oficina Activa” ou de “Empresas Virtuais”;
- o reconhecimento unânime da importância do Ensino Superior na Região e do papel indispensável que desempenha no seu desenvolvimento. Foi reconhecido que a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital é um projecto de carácter regional e que é essencial o compromisso e a convergência de todos os responsáveis, públicos e privados, no sentido de garantir a sua consolidação e o desenvolvimento do seu projecto educativo.
6. A necessidade de um verdadeiro ordenamento do território em que se integrem não só os espaços municipais como igualmente as diversas actividades sectoriais [...]
7. A necessidade de garantir a sustentabilidade da actividade económica implantada na região da Beira Serra, afirmando-a através da qualidade, da valorização de uma imagem de marca coesa, moderna e inovadora e do trabalho de rentabilização e eficiência nos circuitos de promoção, distribuição e comercialização.[...]
8. A consciência de que, numa sociedade global onde a indústria de lazer ganha uma importância crescente, a região da Beira Serra tem condições para enquadrar uma oferta turística diferente e complementar [...]
9. Considerar os jovens da Beira Serra como interlocutores activos na reflexão e na definição das principais linhas de desenvolvimento da região [...]
10. Tendo em linha de conta uma noção abrangente de território que não se limite à dimensão espacial mas inclua a dimensão humana assegurada pela sua população e pela população da diáspora, torna-se necessário pensar a região da Beira Serra inserida num mundo globalizado, reflectindo sobre a sua inserção regional, nacional, europeia e mundial. Neste contexto territorial, é essencial:
 - garantir as acessibilidades físicas essenciais que se consubstanciam na conclusão do IC6 e IC7, na beneficiação da E.N. 17, E.N. 342 e, em caso de concretização, pugnar pela extensão do metropolitano de superfície até à região;
 - garantir as acessibilidades digitais que coloquem a região em pé de igualdade com as regiões mais avançadas e competitivas do mundo.

V Fórum Nacional de Apicultura
II Feira Nacional do Mel
21 a 23 de Novembro

Entre 21 e 23 de Novembro, Bragança vai acolher o V Fórum Nacional de Apicultura e, em simultâneo, a II Feira Nacional do Mel. Promovido pela Associação dos Apicultores do Parque Natural de Montesinho, o Fórum vai abordar temas como "Varrose: actuais e novas perspectivas de tratamento", o "Plano nacional de rastreio de doenças apícolas" ou a "Situação do Mercado do Mel".

Associação dos Apicultores do Parque Natural de Montesinho
Bragança
Tel: 273 229 470 Fax: 273 329 471
E-mail: v.forummel@sapo.pt

Workshop Internacional - Sistemas e Tecnologias de Informação em Recursos Naturais e Ordenamento do Território
24 e 25 de Novembro

A Fundação Calouste Gulbenkian vai ser palco de um seminário concebido como um espaço aberto de discussão de sistemas e tecnologias de informação em recursos naturais e ordenamento do território. Serão apresentadas comunicações de investigadores de universidades portuguesas, brasileiras, espanholas e finlandesas, e de utilizadores destas tecnologias em Portugal - direcções regionais de agricultura, direcção geral das florestas, organizações não governamentais, empresas de pasta, empresas de painéis de madeira, associações de produtores florestais e empresas florestais.

Instituto Superior de Agronomia
Departamento de Engenharia Florestal
Tapada da Ajuda - Lisboa
Engª Sandrina Pereira
Tel.: 21 365 33 44
Fax: 21 364 50 00
E-mail: sandrinap@isa.utl.pt

Seminário Cooperação Transnacional LEADER+
26 a 28 de Novembro

A promoção da cooperação transnacional dos grupos de acção local e as oportunidades oferecidas pelo alargamento da UE será o tema deste seminário organizado conjuntamente pela Unidade de Animação da Rede LEADER da Finlândia, o Ministério Agricultura e das Florestas finlandês e os grupos de acção local de Varsinais-Suomi (a província do Sudoeste da Finlândia), e que se realizará em Naantali nos próximos dias 26, 27 e 28 de Novembro. A língua de trabalho é o Inglês.

Unidade de Animação da Rede LEADER da Finlândia
Telf.: +358 50 597 5551
E-mail: finnishnetworkunit@kylatoiminta.fi
www.maaseutuplus.net

Formação "Reciclagem Pedagógica de Formadores"
Novembro

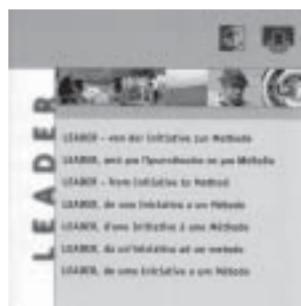
O IDARN - Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte, no âmbito do seu plano de formação para 2003 vai realizar dois cursos de "Reciclagem Pedagógica de Formadores" - o 1º de 10 a 13 de Novembro e de 17 a 21 de Novembro, o 2º de 24 a 28 de Novembro e de 9 a 12 de Dezembro. Os destinatários do curso são licenciados ou bacharéis do sector agrícola que se encontrem no activo. As acções irão decorrer no Centro de Actualização Propedéutica e Formação Técnica em Vairão, em Vila do Conde.

IDARN
Elsa Mota
Telf.: 252 660428/9

IV Congresso de Ornitologia
II Jornadas Ibéricas de Ornitologia
29 de Novembro a 1 de Dezembro

Numa organização conjunta entre a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e a Sociedad Española de Ornitologia (SEO/BirdLife), este evento terá lugar no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, e conta com a realização de palestras conduzidas por oradores convidados e a apresentação de trabalhos, através de comunicações orais ou posters. Este ano serão abordados alguns temas centrais, como "Projectos Transfronteiriços", "Espécies Ameaçadas", "Gestão de Zonas Húmidas" e "Agricultura".

SPEA
Rua da Vitória, n.º 53 - 3º Esq.
1100 - 618 Lisboa
Tel.: 21 322 04 30
Fax: 21 322 04 39
E-mail: congresso2003@spea.pt
www.spea.pt



LEADER, de uma Iniciativa a um Método - Guia pedagógico da acção LEADER

Observatório Europeu LEADER/AEIDL, 2001

Constituído por um conjunto de 119 diapositivos (formato PDF e powerpoint), este CD-ROM consta de duas partes: um "Guia pedagógico da acção LEADER" e uma "Biblioteca metodológica LEADER". Proporcionar um instrumento de comunicação aos membros dos GAL, professores, formadores, consultores que tenham de explicar o LEADER a públicos diversificados, acompanhar grupos locais na concepção das suas estratégias de desenvolvimento e promover a reflexão entre a acção LEADER e outros programas são as principais razões que levaram à sua edição. O primeiro dos nove capítulos incluídos no Guia apresenta o contexto histórico e político que favoreceu o aparecimento do Programa, sendo os restantes consagrados à abordagem metodológica e aos contributos do LEADER propriamente ditos. Um conjunto de ilustrações (mapas e fotografias) e uma selecção de 12 reportagens extraídas do LEADER Magazine e 46 "Acções inovadoras LEADER" completam este guia, elaborado a partir de três seminários europeus promovidos pelo Observatório Europeu LEADER, entre Junho e Setembro de 2000, sobre o tema "Partilhar os ensinamentos do LEADER".



Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes

Moreno, Luís Manuel Costa; Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, 2002

Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes* "incide no «desenvolvimento local em meio rural» em Portugal Continental, mas apoia-se em apontamentos de análise histórica e generativa do «desenvolvimento» na Europa e em territórios particularmente marcados por culturas europeias."

Ao longo das cerca de 500 páginas que lhe dão corpo, este trabalho, depois de delinear os contornos explicativos da orientação seguida e dos recursos utilizados para a sua estruturação, bem como as considerações metodológicas e epistemológicas que classificam o estudo simultaneamente como Geografia Humana e Geografia Social, apresenta uma breve exposição das principais concepções de «desenvolvimento» assim como uma sinopse sobre a utilização dos atributos do «desenvolvimento», partindo daí para a discussão sobre o «sustentável», ou «durável», e a interligação deste com o «local» e o «rural», e a abordagem dos "caminhos associativos do desenvolvimento local em meio rural", do "PIC LEADER" em Portugal, da "construção social de uma rede para o Desenvolvimento Local", da "mobilização programada do desenvolvimento local em meio rural", e dos "caminhantes do desenvolvimento local em meio rural" - os agentes que constituem o factor humano essencial do desenvolvimento local em meio rural.



O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio da sustentabilidade
Os ensinamentos de 10 anos da Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal através de 16 Cadernos Temáticos

INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Produzidos ao longo dos seus quase três anos de actividade, os 16 Cadernos Temáticos publicados com a chancela da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II foram agrupados numa única publicação "que permite ter uma visão global e articulada da actuação do LEADER I e II e das questões essenciais que se colocam hoje ao mundo rural". Distribuídos por cinco grandes áreas temáticas

- *Aprofundar as metodologias do desenvolvimento integrado, Consolidar a dimensão social do desenvolvimento local em meio rural, Aprofundar as metodologias de intervenção das ADL, Articular a escala local com outras dimensões e Inscrever o desenvolvimento local em meio rural nas grandes referências internacionais* - e longe de cobrir todos os temas do desenvolvimento local, "este conjunto de cadernos temáticos dá uma visão bastante abrangente do capital de experiências e métodos acumulados no LEADER I e II e restitui uma reflexão colectiva que foi principalmente marcada pela preocupação de afirmar a especificidade do desenvolvimento local em meio rural e para a sociedade em geral e de encontrar as vias da sua sustentabilidade".

Redes LEADER+

Países Baixos
<http://www.leaderplus.nl/>



Alemanha
<http://www.leaderplus.de/>



Dinamarca
<http://websrv5.sdu.dk/leaderplus/>



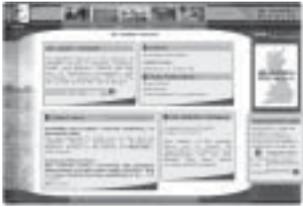
Suécia
<http://www.leaderplus.se/sv/>



Finlândia
<http://www.maaseutuplus.net/>



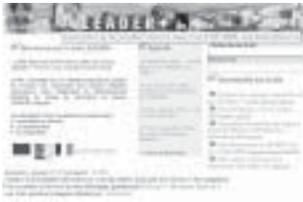
Reino Unido
<http://www.ukleader.org.uk/>



Irlanda
<http://www.irishleadernetwork.org/>



França
<http://www.resealeader.com/>



Espanha
<http://www.redr.es>



Portugal
<http://www.leader.pt/>



Luxemburgo
<http://www.leader.lu/>



Áustria
<http://www.leader-austria.at>



Itália
<http://www.inea.it/reteleader/leaderpiu.htm>



Centro Hípico do Capelo Promover o turismo equestre

Trocar o ruído das britadeiras pelo relinchar dos cavalos, foi a solução da Junta de Freguesia do Capelo, para transformar um problema ambiental num projecto de apoio ao turismo e melhoria de vida das populações locais – o Centro Hípico do Capelo.



Maria do Rosário Aranha / INDE

“Havia aqui um grande foco de destruição.” Assinala João Garcia, presidente da Junta de Freguesia do Capelo, ao apontar o local onde está situado o Centro Hípico do Capelo. Onde hoje encontramos os dois picadeiros, as *boxes* ou centro de estágio, estava antes uma pedreira e um complexo de extracção e britagem de pedra. “Um barulho tremendo”, lembra o autarca, e “um foco de degradação” situado no coração da freguesia. O incómodo para os habitantes acentuava-se de dia para dia e a devastação física do espaço afastava os turistas.

O Centro Hípico vem no seguimento da estratégia seguida pela Junta de Freguesia para fixar pessoas, através da melhoria das condições da região e, em simultâneo, de atracção de visitantes. É um projecto que representa uma “vantagem ambiental” para a freguesia. Extinguiu-se um foco de poluição, para criar, no seu lugar, uma zona de entretenimento. Na perspectiva do presidente da Junta de Freguesia, o Capelo não deve ser uma zona industrial. “Não precisamos, nem queremos ter uma zona industrial aqui na freguesia”, revela o autarca, para quem não existem dúvidas, esta “é uma zona com características turísticas”. Por isso, João Garcia defende que “a indústria deve ficar na cidade”, ficando o Capelo salvaguardado como pólo de atracção turística. A freguesia situa-se próximo do vulcão dos Capelinhos, um dos *ex-libris* da ilha, do Porto Comprido e da Ponta do Varadouro, pólos de atracção para visitantes.

Um dos orgulhos dos promotores do projecto é o reconhecimento público de que o Centro é “uma estrutura muito bem montada”. Com um bom aproveitamento e reconversão das estruturas antigas. Onde antes estava localizada a pedreira, hoje encontramos o novo edifício. Da antiga oficina da fábrica, onde eram reparadas as máquinas, fez-se o picadeiro coberto. Na mesma estrutura foram ainda criados balneários, um bar de apoio e um centro de estágio. No exterior, a infra-estrutura comporta um picadeiro des-coberto, um tanque de água, para lavagem dos cavalos, e oito *boxes* para os animais. Equipamentos que se estão a revelar exíguos para a demanda. “Há muita procura, relativamente à oferta”, reconhece João Garcia, que acrescenta que “estão a ser construídas mais 22 *boxes*”. É que o Centro Hípico do Capelo é a única estrutura do género na ilha do Faial.

Estimular o turismo

Reflexo do aumento de procura dos serviços do Centro Hípico, foi criada a Associação Hípica Faialense. Estrutura que explora a utilização do Centro, e que vem consolidar o movimento equestre da ilha, ao congregar os faialenses apaixonados pelo desporto equestre. A associação promove o ensino da equitação, pretende estimular o turismo, bem como o melhoramento das raças existentes. Por detrás da fundação da associação está Orlando Rosa, antigo presidente da Junta de Fre-

guesia do Capelo, que também elaborou o projecto do Centro Hípico e a candidatura ao programa LEADER da ADELIAÇOR. De acordo com o ex-autarca, “foi um projecto inspirado numa iniciativa de uma associação do Minho, onde visitei um picadeiro”, recorda. Rapidamente percebeu as “potencialidades turísticas” e avançou para a concretização de um projecto semelhante na sua freguesia.

A aposta no LEADER, para apoio ao projecto, resulta da adaptabilidade e ligeireza na aplicação do programa. “É um dos poucos programas que pode responder sem muita burocracia”, sublinha Orlando Rosa. Graças a esta desburocratização, o projecto do Centro Hípico foi iniciado em 2000 e inaugurado em 2001. Além disso, o investimento da freguesia foi quase simbólico, dado ter um valor de participação LEADER de 55 por cento, e o apoio do município no valor restante. As mais valias do projecto não se restringem à mobilização dos apaixonados pela equitação e ao desenvolvimento do desporto equestre da ilha. Até agora, foram criados dois postos de trabalho: um tratador e um instrutor. Mas, “no futuro, terá de ter quatro ou cinco funcionários a tempo inteiro”.

João Limão

Centro Hípico do Capelo
Paulo Castro
Tel: 967865549

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 14 | Novembro 2003

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3.º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 8435870
Fax: 21 8435871
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamuross Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Guilherme Lewes/IDRHa, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número

Alfredo Santos (FotoLamego), Adelição, Adril, Ana Alexandre (Rota do Guadiana), Ana Souto (Dueceira), Beira Douro, C. Mattamuross Resende (IDRHa), David Machado (Rota do Guadiana), João Viola, Maria Aurora Ribeiro (Desteque), Minha Terra, Patrícia A. C. Bernardes (Aproder), Pinhal Maior, Terras Dentro

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607

